

**ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA DO BRASIL:
TEXTOS DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA**

Anne-Marie Pessis

Gabriela Martín

Tânia Andrade Lima

Niède Guidon

Claude Guerin

Martin Faure

Entre outubro de 2004 e janeiro de 2005 foi apresentada, pelo Centro Cultural Banco do Brasil, a Exposição “ANTES: histórias da pré-história” no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. O evento teve enorme repercussão e somente no Rio de Janeiro, visitaram a exposição mais de meio milhão de pessoas. Com o mesmo título, foi publicado o Catálogo¹ num livro primoroso editado por Marcello Dantas, tanto pela qualidade da parte gráfica como pelo cuidado que se teve em apresentar textos breves embora suficientemente explicativos. Passado o tempo da exposição, esses textos passaram a não estar disponíveis para o público em geral, assim como para estudantes secundaristas e universitários além de pessoas interessadas em conhecer, de forma singela, as raízes do passado pré-histórico.

Com a intenção de divulgar alguns dos textos realizados por diversos autores, na elaboração do catálogo da mostra, Clio-Arqueológica os reproduz aqui pela seu caráter didático e de divulgação científica.

UM MERGULHO NO PASSADO: A RENOVAÇÃO DE UM PACTO.

Anne-Marie Pessis

Existe um novo interesse sobre o passado pré-histórico da espécie humana. O crescimento das informações e a divulgação dos resultados das pesquisas numa linguagem acessível fazem que, com uma cadência crescente, aumentem as opções do conhecimento tanto sobre o *homo sapiens* como sobre o contexto ambiental em que ocorre seu aparecimento. Nas Américas, esse interesse foi incrementado também pelas comemorações do quinto centenário do seu Descobrimento, e no ano 2000, pelas do Brasil.

A exposição que, com o sugestivo título ANTES, apresentou o Centro Cultural Banco do Brasil, pretendia relatar histórias de épocas pré-históricas do Brasil e não apenas apresentar uma trajetória continuada da pré-história. O conhecimento do que aconteceu antes da história oficial da colonização portuguesa está cheio de lacunas.

Oferecia, também, uma retrospectiva das distintas missões arqueológicas e cooperações científicas estrangeiras que colaboraram para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas no Brasil. Contemplaram-se especialmente pesquisadores que foram formadores de massa crítica brasileira deixando discípulos continuadores da sua labor, que, por sua vez, seriam os formadores das novas gerações de arqueólogos responsáveis da preservação e valorização do patrimônio da Nação.

A reconstituição das sociedades humanas antes da cultura escrita é feita a partir de outro tipo de informações. São vestígios arqueológicos e informações fornecidas por objetos da cultura material que pertenceram aos grupos humanos que habitaram em épocas remotas. Esses objetos representam apenas uma parte dos instrumentos que o homem utilizava na sua vida cotidiana e cerimonial. São objetos que tiveram condições especiais de conservação e atravessaram os milênios superando os efeitos do desgaste dos agentes naturais, como água, vento sol e umidade. As matérias

primas que melhor resistiram a esses agentes foram a pedra e a terra cozida. Os materiais de origem orgânica experimentaram maior degradação. Qualquer reconstituição a partir de fragmentos arqueológicos está acompanhada de um certo grau de imprecisão, dependendo da quantidade e do estado de conservação desses vestígios.

O objetivo principal da exposição era mostrar e divulgar acontecimentos do passado adequadamente fundamentados. Em face aos dados sempre vestigiais que a arqueologia fornece existe o risco de extrapolar informações, tomando a parte pelo todo, ao emitir propostas do que pode ter acontecido em determinados lugares, na base de que circunstâncias similares foram detectadas em ambientes semelhantes. Para épocas da tradição oral, o grau de confiabilidade das explicações depende da convergência que existe entre todos os vestígios arqueológicos que se inter-relacionam numa unidade espacial.

Apresentar a história seguindo o fio condutor temporal leva a generalidades onde se perdem as especificidades dos grupos humanos. Para o observador, a linha do tempo é fácil de acompanhar, mas o relato será geral e a diversidade cultural das formas de sobrevivência, próprias de cada etnia, podem ser banalizadas numa narrativa tediosamente similar.

A História da Humanidade evidencia justamente o contrário. As etnias procuram soluções próprias aos problemas da sua sobrevivência. Cada uma vai utilizar o conhecimento acumulado pelo grupo através da transmissão oral e achar alternativas novas e adaptadas à natureza dos problemas apresentados e aos aspectos mais valorizados da vida. As mudanças do ambiente em que moravam obrigaram os grupos humanos a enfrentar novos desafios na sua adaptação. Novos climas, novos recursos alimentares, inimigos naturais e pressões demográficas, os levaram a mudar seus hábitos. As respostas não foram sempre iguais, mesmo em circunstâncias semelhantes. Daí o perigo de extrapolar e generalizar comportamentos. Na hora de encarar novos problemas, os grupos pré-históricos utilizaram-se dos

conhecimentos da comunidade junto a sua capacidade de improvisação e criatividade.

Não é válido pensar na existência de fronteiras culturais em que uns grupos seriam diversificados e inovadores e outros, passivamente, estariam repetindo modelos, gestos, posturas e movimentos, partilhando crenças comuns com poucas transformações. Não é sustentável pensar que grupos humanos que diferem tecnicamente de outros tenham mantido uma existência estática na espera de algum acontecimento que mudaria seu *modus vivendi e operandi*, para transformar-se em sociedades dinâmicas, geradoras de inovações técnicas.

As histórias da pré-história são múltiplas e diferentes, expressão da diversidade de soluções e inovações construídas pelos grupos humanos. São histórias que permitem aprender a olhar e ouvir novas formas de comunicação, novas nuances visuais e tonalidades diversas. Histórias que ensinam novas formas de comunicar-se.

A exposição das histórias do “Antes” se estrutura em torno de duas dimensões : a diversidade cultural e a inovação técnica nos diferentes ambientes do Brasil. Partindo dessas duas dimensões se apresentam as histórias da vida humana em tempos remotos, a partir do princípio de que sobreviver já significa um sucesso, independentemente do tempo e do espaço ocupados. Essas histórias desenvolvem-se em torno das relações entre os grupos humanos e o ambiente, entendidas como estratégias de sobrevivência em face aos desafios ambientais e às mudanças do entorno.

A apresentação da megafauna americana que povoou o território do Brasil é importante para compreender esse entorno. Eram espécies de grande porte que coexistiram com os grupos humanos num mesmo território. O desequilíbrio entre o tamanho da megafauna e a espécie humana condicionou, em parte, suas formas de organização social. Agruparam-se em pequenos bandos, para ter a capacidade de reagir com celeridade face ao

perigo que essas espécies gigantes significaram. Foram períodos em que as condições climáticas favoreceram abundante vegetação, o que permitiu que as espécies de grande porte tivessem condições de alimentar-se. As transformações climáticas ocorridas no fim do Pleistoceno fizeram, paulatinamente, desaparecer a megafauna. Seus vestígios aparecem preferencialmente nas cavernas e formações calcárias onde existem condições privilegiadas de conservação. Em consequência das profundas transformações ambientais que marcaram o início do período holocênico, sobreviveram apenas outras espécies de menor porte adaptadas às novas condições.

Diversas estratégias de sobrevivência foram adotadas pelos grupos humanos dispersos no planeta, nas mesmas épocas em que o Brasil já era povoado. Aparecem também vestígios materiais que evidenciam a diversidade de adaptações técnicas desenvolvidas em face de problemas similares.

O fenômeno da inovação técnica nas sociedades indígenas do Brasil foi historicamente mal compreendido, determinando assim um preconceito da sociedade brasileira, herdado da conquista européia, que a levou a considerar a sociedade indígena como deficiente social. Assim, até hoje, os grupos indígenas do Brasil não são cidadãos brasileiros, não recebem educação que lhes permita fazer parte da sociedade conservando sua cultura tradicional. São objeto de um tratamento dado a incapacitados sociais através de uma reclusão em territórios que não cessam de diminuir e dos quais não podem sair livremente.

Entretanto, foram suas descobertas e invenções técnicas que lhes permitiram suprir suas necessidades específicas, determinadas, principalmente, pelas limitações ambientais. Foram soluções técnicas inteligentes que viabilizaram uma qualidade de vida equilibrada com as condições ambientais e sobretudo com as prioridades e valores que foram privilegiados por cada comunidade.

A diversidade se manifesta, principalmente, no tratamento dado aos rituais fúnebres e à vida espiritual do homem pré-histórico no Brasil. A extraordinária variedade de padrões utilizados nos espaços e tempos da Pré-história são indicadores de comportamentos, hierarquias e crenças tão diversas como o foram as numerosas *nações* indígenas que povoaram o Brasil. Nações que foram agrupadas, depois, na simplista categoria de *índios*, a partir do ralo eurocentrismo que norteou as diversas colonizações americanas.

A dimensão ritual dos enterramentos abrange desde os mais simples procedimentos, até técnicas complexas nas quais evidencia-se a preparação dos corpos em diferentes fases do ritual fúnebre. A utilização de cavernas e abrigos ou construções subterrâneas com câmaras mortuárias para deposição do corpo e o mobiliário que o acompanha, são formas muito complexas da ritualidade mortuária, evocadora das origens de outras ainda mais complexas, que aparecerão em épocas históricas em outras partes do planeta.

Nas diversas manifestações da vida espiritual do homem pré-histórico do Brasil, é a arte rupestre é, sem dúvida, a manifestação mais representativa do seu mundo simbólico, dada a riqueza e variedade dos registros espalhados por todo o país, especialmente na região Nordeste. Procede precisamente dos sertões nordestinos a primeira referência a gravuras rupestres no Brasil. O capitão-mór da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, encontrou, em 1598, junto ao rio Arasoagipe gravuras que ele descreveu como “ *uma cruz, caveiras de defuntos e desenhos de rosas e molduras*” como aparece registrado nos Diálogos das Grandezas do Brasil. Desde essa longínqua data até o reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio Mundial, do Parque Nacional Serra da Capivara, esse lado simbólico da pré-história tem sido motivo de interesse para pesquisadores do Brasil e de outros países. Nesse Parque se acumula a maior concentração de pinturas rupestres do mundo, por quilômetro quadrado. Essas manifestações significam a palavra não escrita dos primeiros seres humanos que

alcançaram a suficiente capacidade de abstração para representar-se e também para representar seus mitos e rituais, cujo significado se perdeu na pré-história. Ficaram os registros gráficos que hoje também admiramos como os começos da arte indígena brasileira.

O estudo das pinturas e gravuras rupestres como uma forma de comunicação e representação de mensagens codificadas, abriu o caminho para um melhor conhecimento das culturas pré-históricas do Brasil.

A dimensão ambiental foi também o fio condutor que norteia a exposição, dentro do espírito de se apresentar o homem no seu meio, a relação entre ambos e as estratégias humanas para modificar ou se adaptar a esse meio tantas vezes hostil à sobrevivência humana. Foram escolhidas três áreas bem diferenciadas e significativas da geografia brasileira: o universo amazônico, o litoral e os sertões nordestinos foram as áreas selecionadas por apresentarem características específicas e bem diferenciadas.

Banhada pela maior rede hidrográfica da terra, a Amazônia se apresenta tanto como berço e difusor de culturas adaptadas à tropicalidade, como receptora de grupos humanos oriundos das áreas andina e circuncaribe, num mosaico contínuo de intercâmbios e experiências.

O litoral atlântico experimentou notáveis transformações na paisagem no início do Holoceno, em consequência do degelo das calotas glaciais que cobriram grande parte do globo durante a última glaciação. O nível dos oceanos aumentou consideravelmente delineando o aspecto atual das costas. O paulatino aquecimento dos mares, permitiu a proliferação da fauna marinha de moluscos e peixes. Com as novas condições climáticas, grupos humanos pré-históricos fixaram-se nas restingas e desembocaduras fluviais aproveitando intensamente os recursos que o mar lhes oferecia. Eram pescadores-coletores de moluscos e peixes, habitantes dos *sambaquis*, nome com que se designam grandes amontoados de conchas e outros restos marinhos, *habitat* desses homens adaptados à maritimidade, onde viviam e enterravam seus mortos.

Grandes áreas compreendidas hoje no semiárido, desfrutaram de climas mais amenos no fim do Pleistoceno, com refúgios climáticos onde proliferaram a Mata Atlântica e a floresta subtropical. A área onde se situa o Parque Nacional Serra da Capivara foi um desses redutos onde a megafauna perdurou com algumas espécies até 6000 anos antes do presente. As condições de habitabilidade humana nesta região permitiram a fixação, durante milênios, de grupos humanos, entre eles os autores de um acervo rupestre ímpar. Esta região serrana se transformou finalmente num refúgio de povos indígenas, que ali chegaram empurrados pelo avanço dos colonos criadores de gado e onde foram exterminados durante o século XIX.

A exposição apresentada sobre histórias da pré-história pretende induzir um novo olhar sobre o passado. Uma nova aproximação ao mundo ancestral do qual a sociedade humana se distanciou com a evolução da cultura transformando a relação inicial entre o fenômeno humano e a natureza. Nos começos, a espécie humana foi muito dependente de outras espécies animais, na medida em que tinham desenvolvido procedimentos técnicos especializados para suas necessidades de sobrevivência. Foram essas especificidades técnicas que forneceram a base a partir da qual a espécie humana inovou. Aperfeiçoou essas invenções para obter dispositivos adequados às necessidades de sobrevivência das diferentes comunidades humanas. Foram também os comportamentos das outras espécies de mamíferos que forneceram indicadores sobre as espécies vegetais cuja ingestão neutralizaria desequilíbrios na saúde. Foi a partir desses inícios tão simples que a cultura foi se tornando complexa. Nesse processo a natureza foi se transformando em matéria prima e as outras espécies animais em fornecedoras de alimento.

As sociedades humanas vivenciaram a complexidade da sua cultura como um fenômeno que apagava suas origens, as lembranças da sua fragilidade face ao seu entorno. A cultura criou um mundo fetichista em que os mitos e as ideologias das sociedades explicavam a origem diferente da espécie

humana em relação às outras. Ainda mais, a cultura criou o mito de que o aparecimento do mundo e das outras espécies tinha-se produzido para o benefício da espécie humana. Essa postura justificou um novo olhar e um comportamento depredante do planeta. A espécie humana se distanciou de tudo o que lhe tinha dado a possibilidade de viver.

Mas foi o desenvolvimento da tecnologia o que cortou radicalmente a relação humana com o entorno. A produção tecnológica, que nos inícios foi se desenvolvendo a escala humana, atingiu tal grau de complexidade que criou um crescimento exponencial. A sociedade humana continuou beneficiando-se dos resultados desse aperfeiçoamento, sem que ele fosse utilizado para resolver os problemas do crescimento demográfico, dos genocídios, da fome e dos desequilíbrios do poder.

O salto tinha sido dado. A sociedade humana continuava seu desenvolvimento cultural em forma paralela ao desenvolvimento técnico, sem poder ter um real controle e aproveitamento dos seus produtos para resolver seus próprios problemas de sobrevivência.

A tecnologia se desenvolve mantendo cada vez maior distância com a espécie humana que a originou. Hoje são minoria os que acedem a ela. A maioria vive o fetichismo da participação através das redes de informação. Mas existem continentes no planeta que ainda não sabem se sobreviverão às doenças que os ameaçam de extinção.

Esse paradoxo, gerador de profundos desequilíbrios sociais, incrementa a violência no cotidiano e leva a procurar saídas individuais, a buscar vias de compreensão do presente através da história e se remontam à pré-história. Procura-se assim o passado com um olhar diferente, na busca de respostas aos problemas de hoje, com o resgate da relação entre o humano e a natureza. Tenta-se recuperar a ética extraviada no caminho da história e da cultura, da solidariedade entre as diferentes espécies e a renovação de um pacto rompido com a natureza.

O LITORAL

OS POVOS DO LITORAL NORDESTE NA PRÉ-HISTÓRIA

Gabriela Martin

Quando as primeiras naus portuguesas aportaram na costa brasileira encontraram populações indígenas que habitavam o litoral, organizadas em aldeias de agricultores que plantavam milho e mandioca, além de feijão, amendoim e cabaças. Praticavam a navegação em pirogas com as quais pescavam nos rios e nas restingas marinhas e conheciam inúmeras plantas silvestres comestíveis e medicinais que coletavam para se alimentar e cuidar das doenças. Esses povos eram os tupi que, divididos em numerosas tribos independentes entre si e não poucas vezes rivais, foram imprescindíveis na sobrevivência dos portugueses nos primeiros anos do contato. Sem eles, seria difícil a vida numa terra desconhecida, de matas exuberantes e aparentemente hostis, e da qual ignoravam os recursos.

Os colonizadores denominaram "língua geral" o idioma indígena mais falado ao longo da costa brasileira. Correspondia às distintas variedades do tupi antigo. Essa língua, hoje perdida como idioma falado, foi coligida nos dicionários e repertórios elaborados pelos missionários que tinham especial interesse em conhecer as línguas indígenas para proceder à catequização dos índios no seu próprio idioma. A grande extensão territorial que o tupi alcançou é realmente impressionante, e sua expansão coincide, em parte, com a difusão da cerâmica conhecida como da tradição *tupiguarani*, que se encontra, praticamente, de norte a sul do Brasil. Essa cerâmica é facilmente identificável pela rica decoração policrômica, as formas abertas e a presença de assadores planos que indicam o uso da mandioca para a preparação do beiju, o pão indígena muito elogiado pelos primeiros cronistas.

Além do litoral, os grupos tupi ocuparam também grandes áreas do interior do leste ao oeste, do mangue à restinga e da mata ao semi-árido. Esses fenômenos levaram à formulação de teorias, por parte de lingüistas e arqueólogos, sobre a existência de grandes migrações dos povos tupi

estimuladas pela tradição da chamada "migração ritual". A ritualização de um fato tem quase sempre origens econômicas, e sua permanência, mesmo que os imperativos e circunstâncias não mais existam e tenham se perdido no tempo, é geralmente duradora. Os povos se deslocam por motivos muito concretos, tais como a pressão demográfica, a expulsão forçada por outros grupos mais fortes ou pela falta de alimentos, seja a caça ou o esgotamento da terra cultivada. Dos índios históricos conhecemos a permanente mobilidade, mesmo entre os agricultores, pelo esgotamento rápido da produtividade agrícola, que obedece basicamente a três causas: predominância de terras ácidas no solo brasileiro, a queimada que proporciona momentânea fertilidade com esgotamento rápido e, por último, a impossibilidade de se adubar a terra com o estrume natural das espécies animais domesticadas. Ao contrário do Velho Mundo, nenhuma espécie animal economicamente rentável foi domesticada no Brasil.

As aldeias tupi estavam, em geral, situadas sobre colinas com as ocas dispostas de modo circular, oval ou em forma de ferradura em torno de uma praça central. As ocas tinham tamanhos muito variados, dependendo do uso a que se destinavam: para moradia de várias famílias, para atividades comuns ou cerimoniais. Pesquisas arqueológicas demonstraram a existência dessas aldeias espalhadas por todo o litoral do Nordeste brasileiro e até o Rio de Janeiro, e também em zonas interioranas de praticamente todos os Estados nordestinos.

A cronologia da expansão dos povos tupi está compreendida entre 500 a 1800 d.C., a partir de uma suposta origem amazônica.

Cronologia da tradição ceramista tupiguarani
d.C.

200 - 500	Pré-tupiguarani (Amazônia)
500 - 900	Período arcaico
900 - 1300	Período médio
1300 - 1500	Período tardio
1500 - 1800	Período colonial de contato europeu

Certos grupos tupi podem ter continuado a fabricar cerâmica do tipo tupiguarani até começos do século 19 e até a sua extinção. Essa cronologia indica os extremos da expansão, mas o período de maior extensão e densidade populacional se situa entre os anos 1000 e 1800 da era Cristã. Foram, portanto, os grupos indígenas que primeiro sofreram o impacto da conquista e da colonização portuguesa e, dos quais, se conhecem mais informações sobre costumes e organização social, recolhidos por cronistas e missionários católicos.

Entre os muitos documentos existentes no Brasil nos quais se reflete a visão do colonizador a respeito do indígena, citaremos dois que podemos considerar emblemáticos: a obra de Hans Staden, e a “Relação de uma missão ao São Francisco”, de frei Martin de Nantes. O relato do marinheiro alemão sobre seu cativo entre os tupinambá teve sua primeira edição publicada em Marburgo em 1557 sob o título “História verídica de uma terra de selvagens, nus e cruéis, comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo de América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hessen, até os dois últimos anos, visto que Hans Staden de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, e que agora traz ao público com essa impressão”.

Staden que já tinha estado em Pernambuco, Itamaracá e na Paraíba na sua primeira viagem ao Brasil, voltou de Sevilha em um navio espanhol, foi aprisionado em Bertioga e levado a uma aldeia em Ubatuba, permanecendo nove meses e meio entre os tupinambá. O relato, ilustrado amplamente, é um dos primeiros documentos gráficos sobre a vida dos indígenas brasileiros. O curioso é que, mesmo descrevendo uns seres “nus e cruéis, comedores de seres humanos”, lhes reconhece virtudes de solidariedade e confiança. Da mesma forma ao comentar o repetido costume de se embriagarem, relata: *A bebedeira dura toda a noite... mas é raro que briguem. São muito solidários entre si; o que um tiver a mais de comida que o outro, lhe dá.*

A visão idílica que se tinha dos índios das primeiras décadas da Conquista se transformou em uma visão mais sombria de indígenas arredios ao Cristianismo. À medida que a colonização avançava e a disputa pelas terras se acirrava, a monstrosidade e selvageria dos indígenas tomava ares mais trágicos. A idéia de um inocente habitante do Brasil, que vai aparecer na carta de Vaz de Caminha, desaparecerá mais tarde, diante da imagem de um mundo de bestialidade e canibalismo.

Entre os religiosos que pretendiam defender os índios, embora partindo de um conceito de cristianismo muitas vezes altamente intolerante, destaca-se, no Brasil, o frei Martin de Nantes, franciscano francês vindo em substituição dos jesuítas expulsos do Brasil. A sua “Relação de uma missão no rio São Francisco”, publicada pela primeira vez em francês, em 1706, representa um documento precioso para entender o destino inexorável das *nações* indígenas do Nordeste brasileiro, especialmente nas terras do vale do São Francisco, pertencentes à Casa da Torre, dos Garcia d’Ávila por doação do rei de Portugal. A relação alcança aspectos épicos ao relatar a travessia dos índios pelo rio São Francisco, a perda das armas e como os portugueses os aprisionaram e dois dias depois os mataram a sangue-frio, escravizando suas mulheres e filhos. Eufemismo, certa ingenuidade e, ao que parece, desejo sincero de ajudar o gentio refletem-se na obra de Martin de Nantes. A salvação das almas dos indígenas é, sem dúvida, o fim primordial do capuchinho, embora coexista com o desejo de lhes fazer justiça cristã diante da rapinagem dos prepostos da Casa da Torre.

Os grupos tupi-guarani chegados ao litoral nordestino, a partir aproximadamente do ano 1000 da era Cristã, não encontraram sempre desocupados os lugares mais adequados para seu assentamento. Outros grupos ceramistas e conhecedores da agricultura haviam chegado antes e devem ter entrado em choque com os novos ocupantes ou apenas em contato, nos casos menos belicosos. Essa afirmativa apresenta-se evidente na Bahia e no Rio Grande do Norte com a presença de aldeias onde a cerâmica tupiguarani ocupa, na estratigrafia arqueológica, uma posição

superior sobre as camadas nas quais foram detectadas cerâmicas de outras tradições anteriores. O mesmo foi observado no sul de Minas Gerais, nos sítios Sapucaí, Itací e Piumhi, onde aparecem os traços tupi-guarani nas ocupações mais recentes e superficiais.

O arqueólogo Valentin Calderón estabeleceu, na década de 1960, a tradição Aratu a partir dos achados cerâmicos de 24 possíveis aldeias indígenas localizadas no litoral baiano, em Sergipe e em Pernambuco. O nome “aratu” para designar uma cultura de agricultores ceramistas foi dado a partir do primeiro sítio localizado no centro industrial de Aratu, a 16 quilômetros de Salvador onde se identificaram sítios-habitação e 54 grandes urnas funerárias com enterramentos primários. No sítio da Viúva, na mesma região, foram descobertas seis urnas funerárias agrupadas três a três. Em uma delas, o cadáver estava coberto de conchas de ostras.

A segunda aldeia em importância foi o sítio Beliscão, no litoral norte da Bahia, perto do rio Inhambupe a seis quilômetros do litoral e situado num lugar elevado. As escavações indicaram longa permanência do grupo que a habitou. As urnas funerárias foram encontradas formando grupos de dois e três enterramentos, dentro e fora do recinto da aldeia. Vários sítios da mesma tradição de ceramistas foram localizados nos municípios de Conde, Esplanada e Entre Rios, na Bahia e ao longo dos rios que desembocam no Atlântico, entre Sergipe e Bahia. Calderón, ao procurar a possível penetração que a cerâmica aratu poderia ter no interior, prospectou as cabeceiras do rio Grande nos municípios de Barreiras, Catolândia e São Desidério, onde localizou oito cemitérios aratu. A tradição ceramista Aratu parece ter-se estendido também por Pernambuco e chegar até o sudeste do Piauí. Simultaneamente aos achados na Bahia, encontraram-se sítios cerâmicos semelhantes em Minas Gerais e São Paulo.

Diante da quantidade dos sítios assinalados cabe perguntar quem foram esses povos ocupantes do litoral e do interior nordestino anteriores aos tupi. A importância dos *aratu* reside em que não se trata apenas da localização de

um tipo específico de cerâmica, mas na circunstância de que está perfeitamente caracterizada uma cultura de agricultores ceramistas, formando aldeias com populações densas e ocupações demoradas, como indica a profundidade dos sedimentos arqueológicos. Nas aldeias em que se identifica o contato com os grupos tupi-guarani, assinalado pela presença da cerâmica, esta aparece sempre como intrusiva nas camadas mais tardias das aldeias aratu, adquirida por comércio ou ocupação violenta, quando se nota a substituição dos povos *aratu* pelos tupi

São características básicas da cultura aratu:

- a cerâmica roletada, sem decoração, com a superfície alisada ou engobo de grafite;
- urnas funerárias piriformes, com e sem tampa, de 70-75cm de altura e tigelas menores empregadas
- como opérculo para cobrir os vasilhames funerários;
- enterramentos primários em urna, fora das aldeias;
- aldeias circulares com as ocas em torno de uma praça central, situadas em lugares elevados;
- subsistência não baseada no uso exclusivo da mandioca. A ausência de assadores e de vasilhames planos assim parece indicá-lo. Em todo caso, utilizaram a mandioca de forma diferente dos tupi e apoiaram também sua subsistência no milho, no feijão e no amendoim; o rodízio nas plantações teria permitido assentamentos durante períodos mais longos;
- lâminas alongadas de machado, picotadas e polidas, e machados pesados de granito também polidos;
- grandes rodelas de fuso de pedra e de cerâmica que indicam fiação de redes ou tecidos grossos;
- cachimbos tubulares ou na forma de funil;
- fragmentos de rochas polidas, com depressões artificiais, utilizadas para esmagar grãos.

Os povos *aratu* ocuparam o litoral do Nordeste, entre os anos 600 e 1300 d.C. em aldeias anteriores às ocupações dos tupi que devem ter expulsado

aqueles do litoral antes da conquista portuguesa. A cultura aratu no Nordeste estende-se, com segurança, por todo o litoral baiano, desde Sergipe ao Espírito Santo, chegando no interior da Bahia até a região do rio Grande. Áreas de influência da cultura aratu foram assinaladas no resto do Nordeste, no Sudeste e no Centro-Oeste, com formas modificadas do eixo central da Bahia. Como grupo étnico, os “aratu” podem ser relacionados com os Jê conhecidos como tapuia ou seja, os povos não tupi históricos, que foram expulsos das áreas litorâneas pelos tupi, sendo obrigados a adentrarem nos sertões nordestinos.

Além desses dois grandes grupos étnicos, os *aratu* e os tupi, outros grupos menores habitaram também áreas do litoral nordeste que já tinham desaparecido muito antes da chegada dos portugueses. Entre eles merece registro especial, pela originalidade da sua estrutura, a cultura instalada sobre palafitas no lago Cajari no Maranhão. Esses estabelecimentos palafíticos estavam situados na planície pluvio-marinha do golfo do Maranhão, que apresenta uma lenta evolução de lago para planura. Curiosamente, no lago Cajari a água vai mudando de salgada a salobra e doce, dependendo das áreas, e apresenta vasta vegetação lacustre que, às vezes, forma verdadeiras ilhas flutuantes, com flora e fauna abundante e variada; ainda hoje, surgem do fundo das enseadas, bandos de capivaras e de lontras, além de emas, nos locais mais elevados.

Nesse ambiente, no município de Penalva, desenvolveu-se uma cultura palafítica de agricultores-ceramistas, descoberta em 1919, quando uma grande estiagem fez descer o nível do lago, deixando à vista os restos das estearias que afloram, atualmente, na estação seca, como uma imensa floresta morta.

A população lacustre do lado Cajari devia ser densa, a julgar pelo tamanho dos restos palafíticos que ocupam uma extensão de dois quilômetros, a partir do núcleo principal da ruína, conhecida com o nome de Cacaraia. As pesquisas arqueológicas evidenciaram um grande estabelecimento estável

construído sobre esteios, colocados a uma distância entre eles de dois metros e construídos com troncos de pau d'arco (*Tabebuia* sp.) de 30 a 35 centímetros de diâmetro. O fundo do lago, ocupado pelas palafitas, estava completamente coberto de fragmentos cerâmicos além de madeira queimada e carvão. Foram também coletados assadores circulares, rodela de fusos e vasos cerimoniais com apliques nas bordas e no corpo dos vasilhames. Era também abundante o material lítico polido, como batedores e abrasadores sobre seixos, quebra-cocos e machados, *muirakitãs* de amazonita e diferentes tipos de adornos corporais, na forma de contas e pingentes de pedra e osso.

A aldeia indígena identificada na Cacaria, considerada o sítio-tipo entre as populações palafíticas do lago Cajari, abrangia uma elipse de 8.000 metros quadrados, com os esteios de sustentação do tabuado, acima do nível máximo das águas, sobre o qual deveriam se situar as cabanas. A presença de grelhas de cerâmica indica o uso de mandioca; fusos de cerâmica indicam fiação de fibras para confecção de redes, linhas e cordas. A época do florescimento dessa cultura sobre palafitas situa-se em torno do século 7º da era Cristã.

Dos resultados obtidos nas pesquisas arqueológicas na baixada maranhense pode-se deduzir a importância da pré-história do Maranhão como zona limítrofe de influência das culturas amazônicas e suas transformações na pré-história nordestina. Os grupos étnicos construtores das palafitas apresentam-se como descendentes de grupos de procedência amazônica, numa lenta adaptação à maritimidade. Por sua vez, a presença nas estearias de cerâmica com adornos modelados geométricos e zoomorfos indica-nos um longo percurso amazônico e assinala o lago Cajari como o último reduto de culturas amazônicas em um território de transição entre a Amazônia e o semi-árido nordestino.

Ao analisar o processo de sedentarização das populações pré-históricas das áreas litorâneas do Nordeste, nos perguntamos se elas foram consequência

de migrações sucessivas ou produto de uma evolução lenta de grupos mais antigos de caçadores e pescadores a partir de conhecimentos adquiridos pela experiência e os contatos culturais. Deve-se distinguir entre assentamento de litoral com subsistência diretamente relacionada a recursos marinhos e ocupações pré-históricas na zona da mata, no litoral, em áreas úmidas que desfrutam de abundantes chuvas. Aos primeiros correspondem os sambaquis e acampamentos e aos segundos, as aldeias de agricultores ceramistas.

Sambaquis são jazidas arqueológicas formadas, principalmente, pela acumulação de moluscos bivalves que serviam de alimento a populações pré-históricas, estabelecidas permanentemente ou em períodos sazonais, nas áreas litorâneas ricas em moluscos e peixes. Alguns sambaquis alcançaram até 30 metros de altura no litoral de Santa Catarina e muitos deles já foram destruídos pelo uso das conchas na fabricação de cal e aterro de construções. Os sambaquis têm sido comparados aos concheiros escandinavos e aos da Península Ibérica, na medida em que se trata também de estabelecimentos litorâneos cujas populações viviam da pesca e do consumo de moluscos. Os sítios se caracterizam pela acumulação de grandes quantidades de conchas bivalves, mesmo que a sua formação não seja sempre a mesma, assim como suas cronologias. Mas, de qualquer modo, são assentamentos pré-históricos que somente começaram a se formar depois do Pleistoceno, quando o esquentamento paulatino e aumento do nível dos mares, ao final da última glaciação, fez aumentar a fauna marinha de peixes, crustáceos e moluscos. Estão sempre situados sobre restingas ou em depressões entre restingas e os mais antigos alcançam cronologias de até 6 a 7 mil anos antes do presente.

No Nordeste não existem sambaquis com as cronologias e as proporções dos das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Os conhecidos pertencem a populações ceramistas que deviam já praticar algum tipo de agricultura e devem ser classificados como acampamentos sazonais de mariscadores e pescadores, mais que verdadeiros sambaquis. A falta de sambaquis no litoral nordestino

não está bem explicada, na medida em que existem restingas e lagoas comunicadas com o mar, como é o caso de Alagoas, onde se pesca moluscos em grande quantidade tais como a ostra (*ostrea* sp.) e o sururu (da família *Mytilidae*), além de outras espécies.

Alfredo Brandão no seu curioso livro *A escripta prehistórica no Brasil*, publicado em 1937, registra a existência de um grande sambaqui em Alagoas, no município de Coruripe, a meia légua da sede da cidade onde havia "um enorme sambaqui começando agora a explorar para o fabrico do cal", e do qual se retiraram igaçabas com ossos, machados, "armas de guerra", pilões e outros artefatos de pedra. Posteriormente foram identificados restos de sambaquis no litoral e nas ilhas das lagoas desse Estado. São também conhecidos sambaquis no Maranhão e no Recôncavo Baiano mas todos eles com cronologias mais tardias que os do Sul e com a presença de cerâmica, indicando outros tipos de assentamentos pré-históricos que utilizaram moluscos como base alimentar como seria o caso dos sítios do litoral do Rio Grande do Norte.

Na ilha de São Luís, no Maranhão localizaram-se restos de oito sambaquis nos municípios de São Luís, São José de Ribamar e Paço do Lumiar; já muito destruídos pela ação do mar somada à exploração da cal, foi ainda possível escavar três deles. O de Maiobinha, o mais bem conservado, apresentou ocupação de cerca de dois metros de espessura, formado por valvas de moluscos, cerâmica, artefatos líticos, ossos de animais, espinhas de peixe e dois sepultamentos. A cerâmica apresentava engobo vermelho e decoração pintada. A ocupação desses sítios ocorreu entre os séculos 7 e 8 da era cristã.

A presença de sambaquis ou de grandes concheiros no Recôncavo Baiano está documentada, desde o século 16, através de notícias fornecidas pelo padre Fernan Cardin e Gabriel Soares de Souza que citam a existência dessas jazidas, exploradas para a fabricação de cal e que teriam sido usadas em construções da cidade de Salvador, o que indica que o uso dos

concheiros para a obtenção de cal é tão antigo como a colonização, o que pode dar uma idéia da enorme destruição que esses sítios pré-históricos sofreram. Um dos estabelecimentos pré-históricos litorâneos mais conhecidos é o sambaqui de Pedra Oca no município de Periperi, na Bahia de Todos os Santos. A geomorfologia do sítio faz supor que o que restava do sambaqui era apenas uma pequena parte do sítio total de ocupação humana, destruído pelo avanço marítimo e que se assentava sobre uma praia arcaica, atualmente a dois metros sobre o nível do mar e estava em fase de rápida destruição pela ação das marés, calculando-se que o primitivo sambaqui devia avançar no mar mais de trinta metros.

Entre o material coletado foram identificados artefatos de pedra, de osso e de concha, seixos naturais, com sinais de terem sido utilizados para bater, triturar e moer alimentos e corantes, assim como pedras de amolar e alisadores. Do material ósseo destacam-se pontas e vértebras de peixe trabalhadas e ossos de baleia. Em toda a área do sítio existia também cerâmica pré-histórica. O sambaqui de Pedra Oca é o mais antigo registrado no litoral do Nordeste do Brasil, daí a sua importância, pois a ocupação data do primeiro milênio antes da era cristã o que significa um referencial para se conhecer a antiguidade dos primeiros ceramistas e agricultores incipientes, estabelecidos no litoral nordestino.

Finalmente podemos também assinalar no litoral do Rio Grande do Norte e do Ceará grande número de sítios pré-históricos nas dunas da costa. São sítios com grandes quantidades de material lítico que, por efeito da ação eólica, ficam ao descoberto e são facilmente identificados pelo brilho que apresentam sob o sol. São, em sua maioria, lascas e artefatos unifaciais sobre sílex, calcedônia, jaspe e quartzo. O que mais impressiona nos sítios dunares, provavelmente acampamentos temporários sazonais, é o grande número de material lítico que aflora, à primeira vista, na superfície das dunas, restos de lascamentos *in situ*, em forma de pequenas estilhas. É possível que estas fossem utilizadas também como lastros de redes. Algumas apresentam partes agudas, em forma de pequenos furadores, que podem ter

sido usadas como raspadores ou moedores, incrustadas em madeira ou resina.

As dunas do litoral rio-grandense e cearense assentam-se sobre os sedimentos da formação Barreiras e as diversas colorações das areias dão a elas características peculiares e pitorescas. Especial registro merece o sítio conhecido como Fim do Mundo, em Genipabu, perto de Natal, formado por um riacho seco e uma paleo-lagoa, ambos dessecados pelo avanço das dunas. Nele afloram grandes quantidades de material lítico com implementos incompletos, que foram abandonados durante o processo de lascamento. Essas evidências demonstram que os artefatos foram preparados *in situ*, a partir de núcleos de sílex transportados de longas distâncias ou procedentes de seixos rolados. No mesmo sítio afloram também, entre as areias e sobre a crosta endurecida do fundo da lagoa, fragmentos de cerâmica tupiguarani pintada, o que indica ocupações nas margens da paleo-lagoa, iniciadas por pescadores, seguidas da instalação de uma aldeia tupi.

À primeira vista parece insólita a presença do material lítico e cerâmico, indicadores de assentamentos pré-históricos, no meio das dunas, *habitat* inaceitável, mas levando-se em conta as modificações geomorfológicas ocorridas na área, pode-se ver que o ambiente, no passado, era muito diferente. Basta observar o aspecto das atuais lagoas vivas, situadas entre dunas na mesma região, como é a lagoa de Genipabu, que possui pesca abundante, olhos d'água doce e está rodeada de cajueiros nativos na margem ainda não ameaçada pelas dunas, para se compreender as condições de habitabilidade que desfrutaram os antigos assentamentos, hoje mascarados pelo avanço das areias. Foi na beira das depressões lagunares e em córregos, hoje secos, onde se assentaram as populações pré-ceramistas e ceramistas.

Pode-se dizer que o processo de sedentarização, tomado no sentido do estabelecimento paulatino de grupos humanos conhecedores da cerâmica e

de práticas agrícolas, surge no litoral a partir dos sambaquis e dos acampamentos costeiros até as aldeias *aratu* e tupi-guarani. O aumento demográfico no litoral empurrou as populações para o interior, todas as vezes que houve quebra do equilíbrio entre o consumo e a obtenção de alimentos.

NOS MARES DO SUL: A PRÉ-HISTÓRIA DO LITORAL CENTRO-MERIDIONAL BRASILEIRO²

Tania Andrade Lima

Ao longo da estreita e recortada faixa costeira que corre entre o oceano e o grande soerguimento da Serra do Mar, no litoral centro-meridional brasileiro, podem ser vistos numerosos montes, de grande visibilidade na paisagem, resultantes do acúmulo progressivo e intencional de conchas, areia ou terra, em tempos pré-históricos: são os chamados *sambaquis*, também conhecidos como casqueiros, ostreiras, concheiros, entre outros.

Formados geralmente por sucessivas ocupações humanas através de centenas ou milhares de anos, neles são encontrados vestígios de culturas pescadoras e coletoras que viveram entre 8.000 anos atrás e o primeiro milênio da era cristã: utensílios, armas, ferramentas, adornos, restos alimentares, cinzas e carvões de antigas fogueiras, além de sepultamentos humanos e vestígios de antigas cabanas. Essas evidências sugerem tanto locais de habitação quanto cemitérios, funções que não parecem ter sido mutuamente exclusivas, já que aparentemente ali se comia, dormia, circulava, trabalhava, brincava e sepultava indistintamente no mesmo lugar - procedimento comum entre caçadores-coletores.

De formas diversas – semi-esféricos, cônicos, alongados, achatados – e dimensões variáveis, esses montes têm em média de dois a três metros de altura. No litoral sul, entretanto, particularmente no Estado de Santa Catarina, alguns deles alcançaram dimensões impressionantes que lhes conferem um caráter monumental, chegando a atingir até trinta metros de altura, mas diminuindo de porte à medida que se avança em direção ao sudeste.

Construídos tanto em planícies quanto em encostas, diretamente na areia ou sobre o embasamento rochoso, os sambaquis ocorrem desde o Rio Grande do Sul até a Baía de Todos os Santos, basicamente no interior dos ambientes

lagunares que se sucedem em todo esse trecho da faixa costeira. As baías, os estuários e as lagunas dessa porção do litoral apresentam, em geral, grandes concentrações desses sítios arqueológicos.

A implantação dos sambaquis nesses ambientes estuarinos não foi por acaso. Na verdade, trata-se de um dos ambientes de maior produtividade biótica da costa, na medida em que – como zonas de transição entre os *habitats* marinhos e a água doce da drenagem terrestre – são povoados não só por organismos naturais de cada um deles, mas também por espécies características desses ecótonos. Essa peculiaridade lhes confere uma alta densidade e diversidade de formas de vida.

Particularmente ricos em peixes, moluscos e crustáceos, constituem verdadeiros viveiros, onde os animais desfrutam de proteção e do farto alimento existente nas águas carregadas de matérias em suspensão. Os fundos lamacentos das águas calmas, expostos durante a maré baixa, são particularmente propícios à coleta de moluscos e crustáceos.

Essa abundância atraiu grupos humanos, no passado pré-histórico, graças à natureza estável e previsível dos recursos marinhos aí existentes. Nessas regiões estuarinas eles podiam obter o máximo de alimentos com o mínimo de esforço e risco, durante todo o ano, poupando-se de investidas menos frutíferas nos ambientes interioranos. A fartura e a disponibilidade permanente de alimento minimizavam a mobilidade dessas populações, favorecendo uma relativa sedentarização e criando condições para a formação de grupos maiores.

Há hipóteses aventadas quanto a uma possível sazonalidade desses assentamentos, supostamente alternativos a acampamentos no interior, em determinadas épocas do ano. As evidências disponíveis até o momento, no entanto, sugerem que em tempos mais recuados a Serra do Mar atuou como uma barreira, em virtude do seu relevo escarpado e recoberto pela exuberante vegetação da Mata Atlântica, de difícil transposição, o que teria

limitado consideravelmente a migração das populações caçadoras/coletoras pré-históricas entre o interior e o litoral. Seus movimentos parecem ter seguido um único eixo de dispersão, perpendicularmente à costa, seguindo a sucessão de ambientes lagunares.

Sem dúvida alguma, os moluscos desempenharam um papel fundamental para esses pescadores-coletores, na medida em que, junto ao mar, era a proximidade dos pontos onde eles proliferavam que determinava a localização dos seus assentamentos. Com certeza não constituíram sua base alimentar, composta sobretudo de peixes, particularmente os cartilagosos, como raias e tubarões; mas tudo indica que foram seu alimento preferido, seu principal objeto de desejo, tal era a intensidade com que os buscavam. Isto faz com que esses grupos sejam considerados primordialmente coletores de moluscos. Somados a uma ampla variedade de crustáceos também explorados, como caranguejos, siris, cracas, provavelmente camarões e, de modo eventual, a equinodermos, como ouriços, esse cardápio demonstra sua forte predileção pelos frutos do mar.

A fauna terrestre também era consumida, porém em caráter complementar e secundário, ao que parece visando quebrar a monotonia do regime alimentar centrado no mar. Em incursões eventuais à Mata Atlântica eles caçavam esporadicamente mamíferos, de pequeno, médio ou mesmo de grande porte, como a anta. Contudo, as espécies terrestres que ocorrem nos sambaquis, sempre em pequeno número, são muito diversificadas, o que denota uma baixa seletividade em relação a esses animais. A forma como eles aparecem nos sítios sugere mais um desejo ocasional de ampliação do espectro faunístico explorado, que propriamente uma dependência maior de recursos terrestres.

Os vegetais, sobretudo raízes e tubérculos, foram com certeza um importante componente da sua alimentação, mas os problemas de preservação de matérias orgânicas nos solos arqueológicos não permitem detalhar sua natureza. A presença constante, nesses sítios, de artefatos

destinados a moer ou triturar, como pilões, almofarizes ou mós é um forte indício do processamento de vegetais. Mas apenas coquinhos – cujas cascas se preservam bem – são encontrados com frequência e em grande abundância. Por outro lado, análises dos carvões resultantes do uso controlado do fogo vêm expandindo as possibilidades de se conhecer melhor a interação desses grupos com os vegetais. Lâminas de machado lascadas, semi-polidas ou polidas também estão sempre presentes, possivelmente relacionadas a atividades na mata, em especial à derrubada de árvores e confecção de canoas. É bastante provável, embora não se disponha de evidências diretas, que aí coletassem produtos como mel e palmito, além de larvas e insetos comestíveis, entre outros.

Toda a cultura material recuperada nos sambaquis foi produzida, com raras exceções, com matérias-primas facilmente encontráveis e abundantes na orla marítima, como rochas básicas, quartzo, conchas, ossos e dentes de animais, além das perecíveis fibras vegetais e madeiras, que só se preservam em situações excepcionais.

Adornos, como pendentes, contas de colares e pulseiras, eram confeccionados em conchas, ossos, dentes de mamíferos e de tubarões, em cujas raízes eram feitas primorosas perfurações e, mais raramente, em pedra. Não é improvável que algumas dessas peças tivessem um caráter simbólico, talvez associado à natureza do animal e à bravura necessária a sua captura, já que em geral os dentes perfurados são de espécies bastante ferozes.

Ferramentas para cortar, raspar e perfurar eram feitas com lascas de pedra, sobretudo de quartzo, mais abundantes nos sambaquis do litoral sudeste. Bastante cortantes, de diferentes tamanhos e formas, podiam ser utilizadas como facas ou raspadores, sem necessidade de qualquer retoque, embora tenham sido eventualmente retrabalhadas. As mais pontiagudas eram aproveitadas como furadores. Dentes de animais e conchas lascadas podiam

ser utilizados também como facas, raspadores ou furadores, porém com frequência menor que a pedra.

Os projéteis utilizados na captura de animais recebiam pontas feitas em sua maioria de ossos de mamíferos, aves, peixes ou, mais raramente, de conchas. Muitas vezes, aproveitavam a forma natural da peça óssea, aprimorando apenas um ou outro detalhe anatômico para aumentar sua eficácia, como era o caso dos espinhos caudais das raias. Em outras, bastante elaboradas, transformavam completamente a forma original da matéria-prima, a ponto de torná-la irreconhecível. Em osso eram feitos também outros objetos perfurantes, como agulhas, anzóis e furadores.

Paralelamente a esses elementos básicos, no entanto, aparecem nos sambaquis dos Estados mais meridionais alguns artefatos elaborados com matérias-primas raras, como ossos e bulas timpânicas de mamíferos marinhos, em especial de baleias, que vez por outra encahavam nas águas rasas dos ambientes estuarinos. Quando intensamente polidas, essas peças parecem feitas de marfim. Há também utensílios feitos com matérias-primas exógenas, como rochas que ocorrem no interior, inexistentes no ambiente litorâneo, como a esteatita. E, notadamente, uma série de objetos que exigem um alto investimento de tempo e de esforço na sua execução: esculturas zoomorfas extremamente elaboradas, tanto do ponto de vista da sua concepção, quanto da sua elaboração, feitas em rochas como basalto, diabásio, diorito, ou em ossos de cetáceos. Essas peças são conhecidas como *zoólitos*.

Contrastando com a rusticidade dos implementos funcionais, esses animais esculpido na pedra e no osso, são produtos de um notável virtuosismo técnico e artístico e possuem alta qualidade estética. Atestam, por parte dessas culturas, uma excepcional noção de volume e proporção no tratamento da forma, bem como um perfeito domínio de técnicas bastante complexas de trabalho das matérias-primas. Há um elemento comum a quase todas elas: uma cavidade em geral muito rasa ou com pouca

profundidade, feita quase sempre na parte ventral dos seres representados. Do ponto de vista funcional, apenas porções ínfimas de qualquer elemento poderiam ser processadas nessas depressões, limitando consideravelmente sua utilidade, o que permite supor que essas peças tenham cumprido funções ritualísticas.

Essas esculturas, concebidas a partir de rígidas regras estilísticas, retratam o universo faunístico com o qual as populações interagiram em seu cotidiano, como peixes, aves, répteis, mamíferos marinhos e terrestres, além de objetos com caprichosas formas geométricas. Figuras humanas foram também representadas, mas são muito raras.

Ocorre ainda no litoral sul uma grande diversidade de artefatos de pedra com funções variadas ou mesmo desconhecidas. São argolas, discos perfurados, esferas, bolas de arremesso, placas com furos de suspensão, fusos, tembetás, pesos de rede, machados circulares, pratos, tigelas, feitos em geral de rochas muito duras, como diabásio e diorito. Essas peças, muitas delas com forte apelo visual, aparecem, sobretudo, em Santa Catarina, precisamente na região onde os sambaquis são mais numerosos e de porte monumental.

Este elenco de artefatos altamente elaborados e artísticos, que exigem grande talento para a sua produção, configura trabalho especializado, cuja organização transcende a unidade doméstica, assim como sinaliza o surgimento de indivíduos com funções e *status* diferenciados, exercendo maior controle e poder, na medida em que eles aparecem associados a sepultamentos igualmente elaborados, que se destacam dos demais. A considerável dispersão dessas peças por regiões distantes – elas foram encontradas no interior e em sítios no Uruguai, a centenas de quilômetros da sua área nuclear de ocorrência – mostra que foram intensificados contatos a longas distâncias, provavelmente com o intercâmbio de bens, na medida em que, por sua vez, matérias-primas possivelmente oriundas do interior, como a esteatita que assinalamos acima, assim como objetos

característicos das planícies meridionais do país, como massas estreladas, aparecem no litoral de Santa Catarina. Essas evidências sugerem a existência de longas redes de troca e difusão ideológica, bem como centros de produção e distribuição, ambas poderosas estratégias para o fortalecimento de lideranças emergentes, em grupos até recentemente considerados igualitários.

A implantação desses coletores de moluscos ao longo da faixa litorânea, um corredor natural de comunicação à sombra do grande soerguimento da Serra do Mar, favoreceu particularmente o fluxo de informações, de bens e de populações. Área de fronteira, altamente estratégica, a faixa litorânea apresenta um elevado potencial para a emergência da desigualdade, por fornecer a líderes aspirantes alguns dos ingredientes necessários à sua ascensão, como o favorecimento de incursões e possibilidades de estabelecimento de redes de trocas, para intercâmbio de idéias e produtos.

Matérias-primas e bens exóticos teriam tido um importante papel na definição e no estabelecimento dessas lideranças, tanto quanto acesso a informações e a recursos em escala inter-regional, obtidos em expedições de longas distâncias. Essas incursões viabilizavam contatos e alianças com novos parceiros, bem como o intercâmbio de informações sociais, políticas e ambientais, capazes de trazer estabilidade ou prosperidade ao grupo. Assegurando acesso a zonas de recursos alternativos em tempos de escassez, bem como a aquisição de bens exóticos, contribuía para aumentar o *status* dos detentores dessas informações, tornando-os líderes em potencial.

Ao se constatar, em diferentes pontos do globo, que características antes associadas apenas a grupos agricultores estão presentes entre alguns caçadores-coletores adaptados a ambientes marinhos – como sedentarismo, desigualdade social, trabalho especializado, trocas a longas distâncias, arte elaborada, sepultamentos diferenciados, entre outras –, o velho modelo que os vê como sociedades pequenas, simples e móveis, sem acumulação de

riqueza, posições de poder ou especialização de trabalho, vem perdendo força explanatória.

Ao examinarmos o fenômeno dos sambaquis do litoral centro-meridional brasileiro à luz desse modelo clássico, fica evidente a sua inadequação. Algumas características escapam claramente desse perfil construído para caçadores-coletores, forçando a sua revisão, entre elas:

- um sistema de subsistência baseado em recursos marinhos abundantes e estáveis, favorecendo um relativo sedentarismo, com longas permanências nos ambientes estuarinos onde esses recursos proliferavam.
- Uma considerável expansão populacional, demonstrada pela alta densidade de sambaquis nos circunscritos ambientes lagunares.
- A existência de um projeto construtivo ideologicamente determinado que exigiu grande esforço, cooperação e forte empenho – a construção dos grandes montes – para marcar diferenciações sociais e hierarquias.
- Formas sofisticadas de expressão artística, como as esculturas em pedra ou osso – os zoólitos –, sugerindo intensas práticas cerimoniais, autoridade e liderança.
- A existência de redes de troca e difusão ideológica, de longo alcance, a julgar pela presença de artefatos com alto valor simbólico, como esses zoólitos, e outras peças bastante elaboradas, a milhares de quilômetros de distância de sua área nuclear de ocorrência.
- O controle de uma elite sobre os recursos e sobre o trabalho (produção e distribuição de bens de valor simbólico, construção dos grandes montes).

Tais características constituem fortes indicadores de complexidade emergente entre esses pescadores-coletores, ou seja, estamos diante de práticas diferenciadas que escapam ao que, em geral, se recupera arqueologicamente ou se observa etnograficamente entre as chamadas sociedades igualitárias que vivem da caça, da pesca e da coleta. Estamos nos defrontando com circunstâncias especiais que, a exemplo de outras

ocorrências mundo afora, sempre associadas a adaptações a ambientes marinhos, permitiram o surgimento da desigualdade e da hierarquia social. E, ao contrário do que por muito tempo se supôs, independentemente da domesticação de vegetais.

Se Santa Catarina foi a área nuclear desse fenômeno, as áreas vizinhas, como o Paraná e o norte do Rio Grande do Sul foram, pela proximidade, as mais diretamente influenciadas por ele. A intensidade dessa influência diminui à medida que se caminha em direção aos Estados do sudeste, de tal forma que São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo parecem ter sido áreas claramente periféricas, já que não apresentam evidências que sinalizam a complexidade emergente, nos mesmos moldes de Santa Catarina. Seus sambaquis têm dimensões muito mais modestas, suas concentrações são bem menos densas, não existe a sofisticada arte escultórica, não há elementos que permitam identificar redes de trocas de longo alcance nem o controle do trabalho por lideranças. Análises feitas sobre a distribuição e exploração dos recursos econômicos em alguns sítios da região vêm permitindo constatar tão somente a existência de diferenciação social e de uma possível hierarquia entre alguns sambaquis, que nem de longe alcançou a complexidade que vem sendo constatada nas áreas mais meridionais.

Ao longo de toda a faixa costeira centro-meridional, esse bem-sucedido modo de vida baseado na pesca e na coleta de recursos marinhos perdurou por muitos milênios, até os primeiros séculos da era cristã, quando a atividade construtiva começou a diminuir paulatinamente, até cessar. Em lugar dos sambaquis, começaram a aparecer com intensidade crescente sítios muito amplos e rasos que chegam a ter 500 metros de diâmetro, mas que raramente atingem um metro de espessura. Caracterizam-se por um sedimento escuro, rico em matérias orgânicas, com uma quantidade muito maior de ossos de peixe, restos de crustáceos, equinodermos e relativamente poucos moluscos. Ao contrário dos sambaquis, esses sítios são pouco visíveis, encobertos pela vegetação de restinga, muitas vezes densa e

espinhosa. Neles, o que se observa é que a coleta de moluscos perdeu a primazia e a pesca tornou-se dominante sob todos os pontos de vista, sinalizando claramente uma mudança econômica que trouxe consigo, sem dúvida alguma, repercussões na organização social e política desses grupos.

Possíveis causas para o colapso da coleta de moluscos e, por conseguinte, dos sambaquis, têm sido aventadas. Uma delas pode ter sido o esgotamento das suas colônias, provocado pelo sistema altamente predatório e imprevidente de coleta, onde tanto formas jovens de espécies cobiçadas quanto espécies imprestáveis para consumo eram dizimadas de modo implacável, arrancadas de seus substratos juntamente com animais adultos. Essas razias contínuas teriam enfraquecido consideravelmente a capacidade de regeneração dos bancos, provocando seu esgotamento e a conseqüente necessidade de compensação dessa perda, com o aumento da atividade pesqueira.

Esses sítios – onde a coleta de moluscos diminuiu a níveis mínimos, cessou a atividade de empilhamento de conchas e a pesca aumentou exponencialmente – foram deslocados dos ambientes lagunares antes preferidos, e implantados em praias de mar aberto, próximos a áreas favoráveis à captura de peixes ósseos de médio e grande porte, como zonas de ressurgência.

Os sítios, muito amplos e pouco profundos, assumiram uma configuração espacial semelhante à dos grupos tribais. Embora em muitos casos esses pescadores tenham reocupado o topo de sambaquis ou tenham se assentado sobre dunas quando próximos a um bom pesqueiro, as camadas resultantes dessas ocupações, pouco espessas, não parecem corresponder a uma intenção clara e evidente de se acrescentar maior volume aos montes. Sequer se tentou um outro material de acumulação alternativo às conchas, ao que tudo indica praticamente esgotadas, o que atesta o completo esvaziamento do antigo projeto construtivo das populações dos sambaquis.

No entanto, a impressionante mudança na morfologia desses sítios sinaliza claramente um sistema em reordenação, embora tanto os sambaquis quanto os sítios de pesca correspondam a uma subsistência baseada em recursos marinhos. A mudança de ênfase em um dos componentes da dieta parece ter acompanhado ou ter sido acompanhada por mudanças de natureza social, política e ideológica, que se materializaram em uma nova concepção de uso e construção do espaço social.

No entanto, de forma paradoxal, essas populações pescadoras, ao abandonarem a coleta de moluscos e intensificarem a pesca, o que aparentemente as colocou em um novo patamar de produtividade e em um outro nível de organização, entraram em colapso, a julgar pelo desaparecimento dos seus vestígios.

O fenômeno parece ter sido decorrente da chegada de bem-sucedidos e aguerridos horticultores interioranos à costa. Economicamente mais poderosos porquanto capazes de produzir seus alimentos, socialmente organizados em estruturas mais sólidas, tecnologicamente mais avançados e numericamente expressivos, acabaram por determinar a absorção ou extinção dos pescadores-coletores, de tal forma que, à chegada dos europeus no limiar do século 16, há muito essas populações já tinham desaparecido da costa centro-meridional brasileira.

INTERIOR

ARQUEOLOGIA DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA, PIAUÍ.

Niède Guidon

Pesquisas são realizadas, desde 1973, na região da Serra da Capivara, sudeste do Piauí. A região se encontra na fronteira entre duas grandes formações Geológicas, a depressão do São Francisco, do Pré-Cambriano e a serra, formação sedimentar do Devoniano-Permiano. As zonas fronteiras têm como características a multiplicidade de biomas e ecossistemas, oferecendo, portanto, aos grupos humanos recursos naturais abundantes e variados. Essa situação possibilita levantar a hipótese de que o desenvolvimento cultural seria favorecido e incentivado, o que nos permitiria estudar a evolução dos povos que ali viveram. Com o passar dos anos, essa hipótese se confirmou.

Os dados e documentos obtidos durante 30 anos de pesquisa propiciaram a descoberta de mais 700 sítios arqueológicos, dos quais 590 com pinturas rupestres. Foram descobertos sítios com sepultamentos e sítios de antigas aldeias, com o solo coalhado de fragmentos cerâmicos e utensílio em pedra lascada e polida.

Em épocas pré-históricas, as condições ambientais na região eram muito diferentes. As escavações arqueológicas demonstraram que, até cerca de 9.000-8.000 anos BP, grandes rios corriam na região, coberta por florestas tropicais úmidas. Uma vegetação abundante, perenifólia, assegurava a alimentação para a fauna, majoritariamente herbívora e de grande porte. Durante milênios, espécies da megafauna existiram na região e coabitaram com os grupos humanos que também a povoavam. As espécies mais comuns da megafauna eram preguiça gigante (*Catonyx cuvieri* e *Eremotherium lundî*), o tigre-dentes-de-sabre (*Smilodon populator*), o mastodonte (*Haplomastodon waringi*), o tatu gigante (*Glyptodon clavipes*), as lhamas (*Palaeolama major* e *Paleolama niedae*) e cavalos (*Hippidion bonaerensis* e *Hippidion sp.*) (Guérin, 1991). Junto dessa fauna gigante existiam também as

espécies de médio e pequeno porte, que foram fortes de alimentação das populações que ali viviam.

Nessa região existem evidências de presença humana que remontam a 100.000 anos BP. O sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada, escavado em 1978 e 1988, forneceu a mais completa estratigrafia até hoje encontrada nas Américas (Parenti, 2002; Parenti *et al.*, 1990; Guidon & Delibrias, 1986; Guidon *et al.*, 1994). Hoje podemos afirmar que a entrada do *Homo sapiens* para o continente americano fez-se em vagas que, saindo de diferentes lugares, seguiram diferentes caminhos e que as primeiras devem ter entrado na América entre 150.000 e 100.000 anos atrás. Pode-se supor que um continente como o americano, que vai do pólo Norte ao Pólo Sul, deve ter sido ocupado a partir de diversos pontos de penetração, que incluem também a via marítima. Não podemos esquecer que o nível do mar variou durante as diferentes épocas, caracterizadas por avanços e recuos das glaciações e que, em certos momentos, chegou até a 150 metros abaixo do nível atual, o que significa que um maior número de ilhas aflorava.

O Sítio do Boqueirão da Pedra Furada, tem 63 datações C-14, realizadas em laboratórios da Europa, América e Austrália, que permitiram o estabelecimento de uma coluna cronoestratigráfica que vai de 59.000 até 5.000 BP (Parenti, 2002 *et al.*, 1999; Santos *et al.*, no prelo). Essas datações antigas levantaram objeções entre certos arqueólogos americanos e a polêmica se instalou (Meltzer *et al.*, 1994; Guidon *et al.*, 1996). Objetavam que as peças líticas podiam ser o resultado de lascamentos naturais; que os carvões eram o resultado de fogos naturais e que os fogões encontrados eram também formados por fenômenos naturais, diversos blocos caindo perto um do outro. Essas objeções foram destruídas por numerosos trabalhos. Gisele Daltrini Felice (2002) realizou uma série de sondagens, descendo a encosta do sítio, até o fundo do vale, subindo a encosta oposta até o paredão da cuesta. Se os carvões do sítio Toca do Boqueirão da Pedra Furada tivessem sido originados por incêndios naturais, ela deveria ter encontrado as mesmas camadas de carvões nas encostas, ou no vale. Fora

do sítio não foram encontradas camadas de carvões correspondentes às encontradas dentro do abrigo, o que elimina a possibilidade de fogos naturais pois sabemos todos que o fogo sobe encostas e não é lógico pensar que ele se declarou unicamente dentro do abrigo que tem cerca de 70 metros de comprimento por 15 de largura.

Os vestígios da cultura material descobertos indicam a existência de uma única primeira cultura, que atravessa os milênios inovando tecnicamente e fazendo escolhas entre os muitos recursos naturais disponíveis. Os instrumentos cortantes e pontiagudos, dos tipos, facas, raspadores, perfuradores, são feitos em quartzo e quartzito, com características similares às achadas no Paleolítico da Austrália e do Japão. São peças líticas pouco trabalhadas, talhadas segundo as necessidades do momento, utilizadas e logo abandonadas. Os instrumentos são feitos de maneira a serem utilizados em funções gerais tais como cortar ou raspar sem que exista a procura da especialização. Os artefatos foram achados nos solos arqueológicos junto de estruturas de fogueiras. Dessas fogueiras foram extraídos os carvões de lenha que, submetidos a análises de C-14, forneceram as datações dos referidos solos arqueológicos e dos vestígios que neles foram encontrados.

As escavações na Toca do Boqueirão da pedra Furada alcançaram 750m², tendo sido removidos cerca de 2.050m³ de sedimentos. A maior profundidade alcançada foi de oito metros, mas a profundidade média da escavação foi de 2,80m. Os resultados foram publicados por Fábio Parenti (2001).

Restos humanos encontrados na Toca do Garrincho e na Toca da Cerca do Elias foram datados entre 12.000 e 10.000 anos BP.

A antiguidade da presença humana na região ficou demonstrada. E os resultados das escavações em outros sítios como a Toca do Caldeirão dos Rodrigues I, a Toca do Sítio do Meio, confirmaram essa conclusão. A existência da arte rupestre ficou, em um primeiro momento, situada entre

22.000 e 17.000 anos BP , o aparecimento da cerâmica Por volta de 8.900 anos BP e o polimento da pedra data de 9.200 anos BP para confirmar essa data.

Mas, em razão dos limites para as análises do C-14, as datas mais antigas ficaram por volta de 50.000 anos BP. Abaixo da camada com essa datação havia mais 1,50m de camadas que continham utensílios de pedra lascada, fogueiras estruturadas e carvões e que não puderam ser datadas. Em 2000 Guaciara Santos, utilizando novas técnicas e novo aparelhamento, na Australian National University (Sidnei), datou amostras da Pedra Furada, antes datadas de 48.000 anos BP. Seus resultados podem ser resumidos na seguinte frase: *Cinco das amostras provaram estar até além dos limites desta nova técnica, resultando em datações superiores a 56 mil anos. Datações de 52 mil e 55 mil anos foram obtidas das duas restantes (Santos et al., em manuscrito). Esses novos resultados fazem recuar a data de ocupação do sítio da Pedra Furada em pelo menos oito mil anos a mais em relação a resultados anteriores. Isso sugere que o homem já habitava esse sítio há cerca de 60 mil anos ou mesmo antes disso (Guido net al., 2002).*

Hélène Valladas do laboratório do Centre National de la Recherche Scientifique de Gif-sur-Yvette datou, pelo método da termoluminescência, pedras aquecidas, provenientes de camadas que continham fogueiras e utensílios de pedra lascada, tendo alcançado datas entre 120 e 140 mil anos BP para a mais profunda, na base da seqüência estratigráfica (Valladas et al., 2003).

As peças líticas encontradas nessas camadas mais antigas, que foram julgadas por alguns arqueólogos como sendo resultado de fraturas naturais, estão sendo analisadas pelo dr.Robson Bonnichsen da Texas A & M University; nelas estão sendo encontradas e fotografadas marcas de utilização pelo o homem pré-histórico o que demonstra serem ferramentas fabricadas há cerca de 100 mil anos BP.

Essas datações selaram, por tanto, uma realidade: a ocupação da América do sul teve início pelo menos há mais de cem mil anos, o que exige novas propostas para a origem dos grupos que para aqui vieram, bem como quais os caminhos utilizados. Uma descoberta feita, na Toca do Boqueirão da Pedra Furada, pode ser um indício precioso. Fezes humanas, dessecadas, foram encontradas próximo de uma fogueira, datada de 7.230 anos BP. Nelas, pesquisadores do instituto Oswaldo Cruz descobriram ovos de *Ancilostoma duodenalis*, que para chegar até a região, nessa época, indicam que houve migrações de povo que saíram e atravessaram regiões quentes até aqui chegar, pois a transmissão do verme passa por estágios larvares no solo, exigindo uma temperatura mínima de 25°C (Araújo, A.& Ferreira, L.F., 1996). Essa descoberta exclui qualquer possibilidade de passagem por Behring.

A técnica de realização das ferramentas líticas se transforma lenta mas marcadamente. Apesar de prosseguirem utilizando as matérias-primas da indústria do Pleistoceno, passam a empregar também novas rochas, mais adequadas ao lascamento: o sílex e a calcedônia que devem procurar em locais específicos. O número e a diversidade dos tipos de ferramentas é maior. A manufatura dos instrumentos se torna mais especializada e adequada às suas funções; esta procura da especificidade é uma das grandes diferenças com a tecnologia pleistocênica. São comuns lâminas, raspadores, facas, lascas retocadas, seixos lascados e percutores. Alguns artefatos apresentam marcas de intensa utilização permitindo observar o desgaste diferenciado. Nesse período em que a tecnologia lítica se torna mais complexa e precisa, aparecem instrumentos novos, como as pontas de projétil. Com a tecnologia cada vez mais requintada de lascamento aparecem técnicas de polimento em torno de 9.200 anos BP – datação de um machado de pedra polida descoberto nas escavações arqueológicas da Toca do Sítio do Meio. A utilização da argila para a realização de artefatos cerâmicos torna-se mais complexa. O uso da argila, apenas secada pelo sol, que devia caracterizar a tecnologia pleistocênica, é substituído pelo emprego de procedimentos de queima, o que provoca o aparecimento da cerâmica. A

descoberta, na Toca do Sítio do Meio, de cacos de cerâmicas datados de 8.900 anos BP, situa esta técnica cronologicamente e envelhece o aparecimento da cerâmica no continente americano.

As pesquisas sobre as pinturas rupestres foram sendo aprofundadas por Anne-Marie Pessis durante os trinta anos de investigação. Além da tradição Nordeste, definida nos primeiros anos, levantamos a possibilidade de existência de outra tradição, a Agreste. Esta seria mais recente e se caracterizaria por uma técnica de desenho e pintura mais rudimentar, sendo sua temática reduzida em comparação com a tradição Nordeste. Outra tradição seria a Geométrica, na qual são representadas figuras abstratas, sem nenhuma conotação com elementos do mundo sensível.

As escavações permitiram encontrar blocos caídos das paredes, com figuras pintadas que foram datadas por carvões encontrados na mesma camada em que esses blocos apareceram. Em certos sítios foram descobertas figuras pintadas na parede do abrigo, que estavam enterradas pelas camadas de sedimentos demonstrando que quando as mesmas foram realizadas o solo era mais baixo. Fogueiras encontradas nessas camadas permitiram deduzir que as pinturas eram mais antigas do que as datações obtidas.

Em 1991 Oswaldo Baffa Jr., da USP de Ribeirão Preto, analisou, utilizando o método EPR (Electron Paramagnetic Resonance) amostras de uma camada de calcita que recobria duas figuras humanas, pintadas em vermelho, na Toca da Bastiana. Ele obteve o resultado de 17.000 anos BP, as figuras eram, então, obrigatoriamente mais velhas.

Em 2.000 Shigueo Watanabe, da USP de São Paulo, utilizou parte da mesma amostra datada por Baffa e fez novas análises (medidas da difração de Raio X para definir a composição estrutural da calcita, datações por termoluminescência e EPR). A conclusão desse trabalho (Watanabe et al., 2002) é que essa camada de calcita se formou na parede, sobre as figuras pintadas, há pelo menos 36.000 anos.

Podemos afirmar então que, na América, a evolução das sociedades humanas seguiu o mesmo ritmo do que se comprovou na Europa, África e Austrália. A capacidade de representar graficamente idéias e criações abstratas aparece contemporaneamente em todos os continentes.

Em 2002 novas figuras, cobertas por calcita, foram encontradas na Toca da Bastiana e na Toca da Janela do Antonião. Shigueo Watanabe datou as amostras dessas camadas de calcita por termoluminescência e por ERP. A calcita que cobria a figura humana da Toca da Bastiana deu uma idade de 48.000 + 11.000 anos BP no teste da termoluminescência, tendo a datação por EPR dado a idade de 39.000 ± 6.000 anos BP. A análise de calcita que cobria as figuras da Toca da Janela da Barra do Antonião deu um resultado muito próximo para os dois métodos: 19.000 e 19.600 anos BP. Essas datações colocam as pinturas deste sítio entre as mais antigas do mundo. Novas análises estão em curso para confirmar esses resultados.

A partir da época em que as chuvas diminuíram, começa a se instalar, em torno de 6.000 BP, o clima atual.

A vegetação também diminui, as fontes de alimentação se tornam escassas e a megafauna desaparece totalmente da região, junto com as espécies dos ecossistemas úmidos. As transformações da vegetação e a extinção de uma parte da fauna não afetaram a sobrevivência dos grupos humanos, que tinham como fonte de alimentação as espécies de médio e pequeno porte e que sobreviveram às alterações climáticas.

As escavações arqueológicas permitiram provar que os rios corriam na região até a chegada do colonizador que, ao cortar as florestas-galeria e queimar anualmente toda a região para cultivo da cana e a criação extensiva de gado, sendo o solo frágil e arenoso, provocou processos erosivos e o assoreamento dos vales (Guidon et al., 2002).

Como conclusão podemos declarar que estes trinta anos de pesquisa permitiram não somente demonstrar a antiguidade da presença humana na América do Sul, mas também afirmar que as mesmas capacidades tecnológicas desenvolvidas em outros continentes aqui aparecem em épocas semelhantes, havendo, portanto, um sistema de evolução cultural típico do *Homo Sapiens* que se produz em diferentes regiões, com climas e ecossistemas diferentes, em momentos semelhantes. Sem dúvidas, cada passo no caminho dessa evolução abriu espaço para novas criações.

IDENTIDADES NO SERTÃO DO SERIDÓ

Gabriela Martin

A microrregião sertaneja do Seridó situa-se no vale do rio Seridó e dos seus afluentes e pertence ao sistema hidrográfico Açú-Piranhas, que desemboca no Atlântico, perto de Macau. Compreende vários municípios do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A região está considerada como área de maiores recursos hídricos e de terras cultiváveis mais férteis do que as áreas sertanejas limítrofes; é bacia leiteira e criadora de gado, mas hoje sofre rápido processo de desertificação produzido pelo desmatamento indiscriminado, com os rios cada vez menos caudalosos.

As pesquisas dedicadas ao estudo da arte rupestre nessa região, demonstraram semelhanças marcantes entre as pinturas rupestres da tradição Nordeste do Parque Nacional Serra da Capivara e as de certas áreas do Seridó. A partir dessa constatação foi possível levantar a hipótese de que levadas migratórias procedentes do sudeste do Piauí teriam chegado até a região do Seridó.

A dispersão dos grupos da tradição Nordeste pode ter acontecido a partir de movimentos migratórios iniciados há 9000 anos BP em direção à planície da bacia do São Francisco. Em diferentes regiões em torno do Parque Nacional Serra da Capivara, possível berço dessa tradição rupestre, constatara-se a existência de pinturas similares em áreas distantes da região de origem. A escolha da região do Seridó para o assentamento dessas populações pré-históricas, pode ter sido a existência de uma rede hidrográfica perene numa área serrana de brejo, com características climáticas favoráveis e com melhores condições de sobrevivência, dentro de uma região semi-árida. As rotas seguidas pelos grupos que se situaram na bacia do Seridó são por enquanto incertas, embora no vale do alto Açú-Piranhas do qual o Seridó é tributário, foram assinalados grafismos emblemáticos da tradição Nordeste, fato que nos leva a situar uma possível rota nessa região.

A subtradição Seridó define assim toda manifestação da tradição Nordeste assinalada na região arqueológica do Seridó no sentido mais amplo e cuja evolução vamos definindo com o avanço e ampliação da área nuclear das pesquisas. Emblemáticas nas pinturas rupestres do Seridó são as cenas cerimoniais nas quais duas figuras adultas parecem proteger ou entregar uma criança, cena representada em todos os abrigos. O tema não é inédito, aparece também na Serra da Capivara, (PI), na Chapada Diamantina, (BA) e no vale do Peruaçu, (MG), mas a forma de representá-lo, com maior riqueza de detalhes e atributos, sim que o qualificam como típicas nas pinturas rupestres da região. O significado dessas e outras cenas representadas não o podemos conhecer pois o hermetismo é uma das características, nas pinturas rupestres, dos grupos de ação que consideramos emblemáticos, nos quais reconhecemos as figuras, mas a mensagem nelas contidas está perdida. Esse hermetismo poderia ser necessário para a manutenção das hierarquias no interior do grupo, das ideologias e da preservação das identidades.

Com exceção do sítio cemitério Pedra do Alexandre, em Carnaúba dos Dantas, que demonstrou ocupações desde 9000 a 2000 anos BP e o sítio Mirador, em Parelhas, também com enterramentos datados de 9000 anos, os sítios da área arqueológica do Seridó apresentam ocupações curtas temporárias, com fogueiras e algumas estruturas funerárias, mas com pouca densidade de material arqueológico. A variedade dos temas representados, a riqueza de atributos e adornos que acompanham as figuras humanas, indicadoras de hierarquias e até de etnias diversas, não faz jus à limitação da cultura material evidenciada nos poucos abrigos pintados que apresentam registro arqueológico na região do Seridó.

Em geral, os abrigos com pinturas da tradição Nordeste, no Seridó, apresentam escassas possibilidades de habitação e observa-se, na sua escolha, preferência por lugares elevados na parte alta das serras e orientados para os cursos d'água. Deles avistam-se rios ou córregos, a maior ou menor distância, desde o Mirador, que dista, aproximadamente, um

quilômetro do rio Seridó, até a Furna dos Caboclos, situada a menos de trinta metros sobre o riacho dos Balanços. Alguns desses abrigos não apresentam qualquer sedimento sobre suas plataformas. Deduz-se assim que foram lugares cerimoniais e cemitérios a julgar pelas evidências arqueológicas até agora registradas. Um dos elementos que nos levou a levantar a hipótese de que se trata de lugares cerimoniais foi a constatação de que em vários dos abrigos, especialmente entre os que apresentam maior número de grafismos -sítios Mirador, Xique-Xique I e II, Casa Santa, Furna dos Caboclos e Messias entre outros- existe uma área protegida na qual se acumula grande concentração de grafismos com superposições às vezes de difícil separação. Esses recintos chamados de "capelas" foram densamente pintados com superposições da mesma tradição pictórica-cultural e poderiam indicar diferentes momentos de culto sobre uma área especialmente importante. Entretanto outras superfícies do mesmo abrigo não foram pintadas ou o foram com cenas isoladas sem superposições.

Na mesma bacia hidrográfica do Seridó e dos seus afluentes, já se registraram uma centena de sítios com pinturas e gravuras, as últimas, principalmente, em blocos na beira dos rios. As diversas tradições pré-históricas a que pertencem indicam-nos ocupações continuadas, das quais somente a pesquisa arqueológica poderá fixar as origens, cronologia e extensão. Tradições rupestres díspares na técnica e na temática, devem, sem dúvida, corresponder a grupos étnicos diferentes, com caracterizadores culturais e cronológicos que nos permitam diferenciá-los.

A TRANSMISSÃO DO SABER NA ARTE RUPESTRE DO BRASIL

Anne-Marie Pessis

Em Pré-história utiliza-se o termo *arte* para designar todas as manifestações plásticas, pintura, gravura, escultura e modelagem, independentemente de sua função. As primeiras manifestações artísticas conhecidas até agora pertencem ao *homo sapiens*. Mas todas as descobertas recentes e o aperfeiçoamento dos procedimentos de datação indicam o recuo das cronologias da prática pictórica ou gravada.

Pintar sobre diferentes suportes foi o resultado da descoberta de plantas e minerais que forneciam tintas permitindo mudar as cores de diversos suportes, tais como o próprio corpo, o couro, os seixos e deixar marcas nas paredes das formações rochosas. Através dos milênios se conservaram os vestígios de pinturas, nos materiais mais sólidos que foram preservados em cavernas, ou em abrigos sob rocha. Neles, as paredes pintadas ficaram preservadas da ação destruidora da própria natureza, mas nos sítios arqueológicos mais expostos é possível observar-se os efeitos da degradação ambiental natural ou antrópica. Existem evidências de que, no passado, essas paredes e grutas foram profusamente pintadas, embora o que hoje resta seja apenas um pequeno percentual da totalidade das pinturas. Já as gravuras, por serem fendas na pedra, se conservaram melhor.

Depois da descoberta das tintas e dos suportes em que seriam aplicadas, antes de se tornar utilitárias, foi preciso que esses materiais fossem conhecidos e manipulados através de práticas lúdicas que permitiram apreciar suas possibilidades. É provável que, como outras espécies animais que mudam de cores nos períodos da reprodução, a nossa espécie tenha também alterado sua aparência, com finalidade lúdica. Transformar um suporte através da aplicação das tintas se tornaria um médio para desenvolver outras atividades.

Assim como a tinta no corpo poderia transformar aparências, poderia também ser utilizada para criar símbolos, para caracterizar ritos e, sobretudo, para constituir um meio de comunicação. Em épocas pré-históricas, a memória era o único recurso para armazenar conhecimentos para sobreviver, para dar resposta a interrogantes transcendentais dos seres vivos e para transmitir o saber de geração em geração. Os grupos humanos de tradição oral tiveram que achar meios de guardar sua memória e concretizar a partilha do seu acervo cultural.

Com o tempo esses conhecimentos se tornaram mais complexos e o acúmulo de informação precisou de formas de comunicação que deram garantia de continuidade. A palavra, sendo fugaz, se perde da memória dos povos. Apenas ficam na memória os momentos fortes, aqueles que escapam do cotidiano, daí a necessidade de criar momentos fortes, para serem lembrados e a eles associar conteúdos de memória. Assim, os comportamentos atípicos do cotidiano da vida se transformam em atividades rituais de caráter cerimonial, destinados a marcar, na memória dos indivíduos, a memória coletiva. Palavras, posturas e gestos ficarão materializados em obras, pinturas, gravuras, ornamentos e esculturas, que se tornam marcadores de memória. O símbolo material é evocador de um saber que permitirá sobreviver.

Esse processo foi lento. Os primeiros indícios da utilização de corantes aparecem na Europa, na gruta de Becov (Bohemia) onde nas escavações arqueológicas identificaram-se fragmentos de ocre de diferentes cores. Num nível de ocupação datado em 200.000 anos, numa cavidade larga e profunda, foram achados fragmentos de argila endurecida pelo aquecimento ou pela combustão de carvão em contato com ela. Apareceram junto a eles umas plaquetas de quartzito com as marcas de terem sido utilizadas para moer a argila.

Foram achados objetos gravados mediante incisões intencionais as quais são diferentes dos traços produzidos pelos dentes de animais quando descarnam

suas presas. O mais antigo objeto gravado foi descoberto na Alemanha, trata-se de um fragmento de tibia de elefante datado em 250.000 anos, que mostra uma série de incisões paralelas realizadas pela mão humana.

Mas, as obras rupestres pintadas ou gravadas a partir de um projeto pré-estabelecido pelo realizador, aparecem em torno de 32.000 anos segundo as datações obtidas na Gruta de Chauvet, na França. É surpreendente constatar que este tipo de obras planificadas aparece em todo o planeta em torno da mesma época.

É curioso que as pinturas e gravuras, conhecidas como arte rupestre, atravessaram os milênios sem terem sido descobertas até o século XIX. Existem menções isoladas da existência desses vestígios da arte pré-histórica embora não tiveram maior efeito. Isto se explica porque, até as primeiras décadas do século XX, se pensava que as populações pré-históricas não podiam ser os autores de desenhos e pinturas tão complexas como as que se lhes atribuía. Interessa lembrar que se trata de uma época em que as idéias que se tinham sobre a pré-história da espécie humana estão impregnadas de prejuízos, posturas ideológicas que marcaram as primeiras especulações sobre a origem do homem. Existe a idéia de que na pré-história existiam hordas formadas por pessoas simples e desprovidas de qualquer sensibilidade estética. Impossível, para o mundo científico, aceitar que pudessem ser os autores das pinturas rupestres que se descobrem na região franco-cantábrica.

Esse ceticismo dogmático, expressão da resistência à mudança das idéias da época, levará a excessos e imprudências difamatórias como às que esteve exposto Sautuola, o descobridor da Gruta de Altamira, na Espanha. A incredulidade mais absoluta é a reação dos evolucionistas, face à descoberta das pinturas rupestres que, pela sua analogia aos padrões clássicos, se configurava um paradoxo inaceitável.

Algumas menções sobre gravuras e pinturas rupestres aparecem em relatos de viajantes. A mais remota indicação escrita remonta a 386 AC feita por um geógrafo chinês, Li Daoyuan, que menciona a existência de numerosos sítios de arte rupestre. Era necessário que os sítios de pinturas e gravuras pré-históricas fossem institucionalmente reconhecidas pela multiplicação das descobertas, para que fossem socialmente percebidas.

No Brasil, datam do século XVI as referências sobre gravuras rupestres que estariam localizadas no que hoje é o Estado da Paraíba, publicadas por Ambrósio Fernandes Brandão, nos Diálogos das Grandezas do Brasil. O texto vai acompanhado por desenhos feitos pelo autor que seriam os primeiros desenhos levantados dessas gravuras.

Gravuras e pinturas são duas modalidades da prática gráfica rupestre. Feitas com recursos técnicos diferentes existem vastas áreas nas quais há dominância de gravuras ou pinturas em determinadas áreas do Brasil. Isto não exclui que ambas modalidades gráficas coexistam no mesmo espaço.

As gravuras são principalmente realizadas sobre afloramentos areníticos, graníticos ou calcários. Trata-se de uma atividade que exige de parte do realizador um tempo de trabalho e um esforço muito maior do que realizar pinturas rupestres em abrigos sob rocha. Estão com frequência localizadas no meio de planícies isoladas, tendo sido constatada a presença recorrente da proximidade de fontes d'água. Mas há também evidências de que essa relação de proximidade entre as gravuras e os cursos d'água existia já em paleo-ambientes hoje desaparecidos.

A dominância das gravuras se concentra em especial na região central e sul do país. No sul observa-se a utilização do arenito como suporte, ao invés na região litorânea catarinense, as gravuras foram feitas sobre blocos de granito. Majoritariamente tratam-se de gravuras com tema não reconhecido, grafismos de caráter simbólico e hermético. Os grafismos realizados em blocos ou paredes foram gravados utilizando diversidade de recursos de

talhado e esculpido. Existem recursos técnicos muito simples até superfícies rochosas que são previamente preparadas a través de um polimento que altera a tonalidade da pedra de base, depois são gravadas utilizando diversas técnicas e finalmente polidas.

A gravuras também aparecem na região do planalto, no vale do rio São Francisco, no Nordeste e na Amazônia. Em cada região vão tomando características próprias. No Nordeste, as gravuras são conhecidas como *Itaquatiarias*, termo tupi, que significa pedra pintada. A dominante destas pinturas são as figuras não reconhecíveis, mas às vezes aparecem figuras antropomórficas feitas com um procedimento de picotagem.

Na Paraíba existe a mais famosa gravura rupestre do Brasil, a Pedra Lavrada de Ingá, situada do meio de um riacho. É um enorme bloco de gneiss de 24 metros de largura e três de altura que divide o rio em dois braços. São grafismos não reconhecíveis dispostos em planos contínuos. A técnica de realização é muito cuidada e os desenhos foram realizados com sulcos largos e profundos. Em torno dessa gravura existe uma multiplicidade de interpretações sem fundamentos confiáveis, mas que alimentaram uma fama misteriosa que origina a visitação turística contínua da região.

Na região Amazônica, as gravuras mostram características técnicas diferentes e sobre tudo, além dos grafismos não reconhecíveis existem figuras que são representações de antropomorfos e zoomorfos.

As pesquisas sobre gravuras pré-históricas no Brasil estão pouco desenvolvidas para que possam ser aproveitadas na reconstituição pré-histórica. Apenas estudos microscópicos dos traçados restituem informações contidas nas gravuras. Os aspectos técnicos são os mais beneficiados. Permitem recuperar os gestos técnicos do gravador mediante a morfologia da incisão, a inclinação do instrumento e a pressão exercida. Um caminho a ser andado.

É nas pinturas rupestres narrativas que o arqueólogo encontrará a maior quantidade de informação arqueológica sobre as populações pré-históricas e é no Nordeste do Brasil, na região do sertão semi-árido, onde existe a maior quantidade de pinturas narrativas até agora descobertas.

Na região do Parque Nacional Serra da Capivara foram cadastrados mais de 700 sítios arqueológicos com pinturas reconhecíveis. São figuras que compõem cenas com temas identificáveis e composições emblemáticas que caracterizam o grupo de pinturas conhecido como tradição Nordeste. O Parque Nacional está situado no polígono das secas, onde o clima semi-árido se faz sentir com força pelas irregularidades climáticas. É uma fronteira geológica onde os planaltos que formam uma cadeia contínua de serras, se encontram com uma planície antiqüíssima, formando a depressão periférica do Rio São Francisco. O valor de seu patrimônio pré-histórico fez que o Parque Nacional Serra da Capivara, fosse inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, pela UNESCO).

Os sítios de pinturas estão principalmente localizados em abrigos sob rocha que se encontram em numerosos desfiladeiros da cuesta de arenito, que se formou há 250 milhões de anos, por um levantamento do fundo do mar. As pinturas dos sítios da região são muito diversificadas, tanto na temática e na técnica de realização, quanto na maneira como as figuras estão agenciadas sobre as paredes. Cada sítio oferece ao observador um produto final, resultado de milênios de atividade pictórica que configura uma amostragem das pinturas da pré-história da região. O trabalho do arqueólogo é recuperar desse produto gráfico final, os diferentes momentos em que foram pintados e reconstruir o perfil cultural dos grupos que foram os autores. As temáticas escolhidas para reproduzir as cenas da vida cotidiana e cerimonial são a expressão do que realmente eram seus interesses. São milhares de figuras identificadas que fazem possível a construção da história da pré-história na região.

No Brasil não existem vestígios de pinturas ou gravuras feitas no fundo de cavernas como na Europa. Em face à *cuesta* do Parque Nacional, existem afloramentos calcários com grutas e galerias, mas suas paredes não foram pintadas. Para explicar essa diferença pode-se lembrar que as cavernas na Europa foram lugares de refúgio face às gélidas condições climáticas, mas, no Brasil, o clima foi sempre mais cálido e a permanência nas grutas não tinha função para a sobrevivência. Escavações arqueológicas confirmaram que as grutas não foram lugares de moradia, apenas de passagem, e as raras pinturas quando existem, aparecem apenas nas paredes exteriores.

Na região do Nordeste, existem três grandes grupos de pinturas rupestres, que aparecem concentradas em área diferentes:

- Pinturas narrativas que compõem a tradição Nordeste e que, no Parque Nacional são dominantes em número e em valor informativo, com uma técnica de realização aprimorada;
- Pinturas que representam figuras antropomórficas e zoomórficas de porte maior que as da Tradição Nordeste, mas sem narratividade e com uma técnica de realização menos aperfeiçoada. São conhecidas como tradição Agreste;
- Pinturas com desenho não reconhecível, que aparecem isoladas ou partilhando um mesmo espaço com outras figuras reconhecíveis. A qualidade da técnica é irregular mas existem composições gráficas de muita complexidade.

Escavações arqueológicas permitiram descobrir que antes do aparecimento de pinturas da tradição Nordeste existiram outras formas de registro gráfico. Foram achados fragmentos pintados que não estão em estado de conservação como para permitir o reconhecimento das figuras. São blocos com traços verticais realizados com tintas de óxido de ferro achados em camadas arqueológicas de 29.000 anos.

Para a região, os estudos das pinturas permitiram, junto com os resultados das escavações arqueológicas, estabelecer que os grupos responsáveis da tradição Nordeste fornecem informações sobre a vida cotidiana, as crenças religiosas, as manifestações rituais, os ornamentos, as armas e outros objetos. São pinturas realizadas com técnica cuidada, que reflete uma maestria pictural e domínio dos recursos gráficos. Existem evidências da preocupação de fornecer todos os elementos necessários para que o tema da ação seja reconhecido.

As pinturas da tradição Nordeste foram as mais estudadas até agora devido a que oferecem maiores possibilidades de serem reconhecidas. Seu estudo permitiu identificar no Parque Nacional dois momentos distanciados por milênios, que correspondem a dois grupos culturais originados a partir de um mesmo tronco gráfico inicial.

O grupo mais arcaico de pinturas da tradição Nordeste, caracteriza-se pela maneira vital e dinâmica com que foram realizadas as figuras e as cenas representadas. Explode o movimento e a encenação transmite alegria e ludismo. Figuras humanas e de animais são representadas no ápice do movimento, no momento do salto, com diversidade de posturas e gestos. As composições estão formadas com figuras diferentes em movimento, mas é o conjunto de figuras que transmitem a vitalidade. As figuras humanas simples, são a dominante, mas existem também figuras com atributos culturais que contrastam com as simples pelos cocares ornados e pelas vestimentas que evocam máscaras que cobrem as figuras até a metade da perna. O uso de máscaras e cocares, que escondem a identidade de quem os veste, é uma prática que aparece, de forma reiterada, nos costumes rituais de numerosos grupos indígenas do Brasil e no mundo.

Os temas das cenas mais representadas são as de caça. Fazem parte da cena, caçador e presa, mas também os instrumentos específicos para esse objetivo. São também freqüentes as cenas de dança com diferentes graus de complexidade. O tema da sexualidade é muito representado nas pinturas

mais arcaicas. O caráter explícito das cópulas e dos genitais de ambos os sexos permite, como em todas as cenas do estilo, identificar o momento culminante do ato. Finalmente deve-se mencionar que é nesse período que aparecem as primeiras composições emblemáticas. São arranjos de figuras com posturas e gestos sem função aparente, que aparecem com frequência e que são típicas da tradição.

Neste grupo mais arcaico, desde as primeiras pinturas existe a preocupação de utilizar procedimentos para evidenciar as relações de distância e profundidade entre as figuras. Num primeiro momento a impressão de profundidade é representada por uma sucessão de planos horizontais, em que cada um corresponde a uma relação de profundidade em relação ao plano anterior.

Esse perfil arcaico vai sofrer mudanças ao tempo em que aparecem indicadores de crescimento demográfico. A evolução gráfica sugere a existência de uma mudança social, mas não necessariamente cultural. As ocupações humanas estavam organizadas em grupos pequenos, viabilizando a celeridade de reação e mobilização para adaptar-se a limitações externas. Mudanças climáticas vão a criar novas condições de vida. Mudanças na vegetação e na fauna coincidirão com o aumento da população. Os fatos arqueológicos sugerem que o grupo original ter-se-ia dividido, formando novos agrupamentos culturalmente iguais, mas autônomos. Tudo acontece como se essa proliferação de grupos humanos, originários do mesmo tronco cultural, partilhando mesmos conhecimentos e praticando mesmas atividades, os estimulasse a buscar formas de identidade própria através da introdução de diferenças nas formas de se apresentar visualmente. São os registros pintados, como instrumentos da memória material, que mostrarão essas transformações étnicas.

Nesse período de transição, as alterações demográficas e estabelecimento de novas identidades pareceria ter gerado confrontos e divergências. Coincide com o aparecimento da temática da violência nas pinturas rupestres,

inexistente nos grupos arcaicos. Observa-se também um incremento e diversificação dos objetos nas cenas. É um período em que aparecem formas de apresentação muito variadas. Existe incremento na qualidade técnica das tintas, mas também dos instrumentos utilizados para pintar, assim, as formas arredondadas perdem sua rigidez pelo instrumento rígido arcaico. Algumas composições são chamativas, é o caso de uma fileira de veados de diferentes origens estilísticas integradas numa única composição. Um aspecto estético espetacular acompanha essa integração estilística. Finalmente essas mudanças atingem também as formas de representar o espaço e o tempo nas ações. Existem cenas em que simultaneamente são oferecidas três ações diferentes de uma mesma cena de violência. Novas formas de representar a profundidade aparecem nas composições. Duas são privilegiadas, a utilização de planos horizontais estruturados em torno de um eixo oblíquo e outro procedimento é colocar as figuras sobre planos superpostos, formando grupos dispostos alternadamente sobre eixos horizontais e oblíquos.

Finalmente depois dessa transição aparece um segundo momento e final da tradição Nordeste. A espontaneidade inicial é substituída pelo hermetismo estático e a prioridade de salientar as identidades. As figuras se estereotipam em espaços geométricos de tipo retangular, sem representar movimento; se privilegia a densa e variada ornamentação das figuras. Mas se constata um aparente paradoxo, pois junto a estas figuras onde apenas a identidade interessa, coexistem cenas de maior narratividade e complexidade temática em torno do tema da violência. É o período do apogeu da técnica e do domínio cenográfico.

A dispersão da tradição Nordeste foi muito importante em todo o Nordeste do Brasil onde foram descobertos sítios com pinturas similares a estas. A 1.200 quilômetros do Parque Nacional Serra da Capivara, na região do Seridó, aparecerá um enclave de sítios de pintura da tradição Nordeste. Seu aparecimento se situa cronologicamente no mesmo período do crescimento demográfico na região do Parque. As pinturas basicamente possuem os

atributos próprios da tradição Nordeste. A mudança principal e mais perceptível se traduz na escolha de salientar o traço da cavidade bucal na realização da figura. São as mesmas figuras que aparecem no Parque Nacional, mas o elemento diferente será a escolha de salientar a face. É uma transformação que dará aos conjuntos de pinturas e as cenas um novo recurso de expressão, mas esta vez de caráter individual. Assim, as cenas de violência terão a possibilidade de demonstrar a dor e os efeitos da agressão nas figuras pintadas. Os temas das pinturas experimentam algumas mudanças ligadas ao ambiente. A fauna se transforma e diminui o número de espécimes. Aumentam as cenas em que somente participam figuras humanas, com ornamentos e objetos diversificados. As pinturas do Seridó aparecem com as características do período de evolução na região do Parque Nacional, mas evoluirão de forma diferente, própria das adaptações ao novo habitat.

Mas assim como essas pinturas aparecem e permanecem durante milênios, há 6 mil anos desaparecem de vez. Sem explicação, nem evidências arqueológicas de conflitos ou de chegadas de novas levas migratórias. Um mistério ainda sem resolver.

AMAZÔNIA

DE NÔMADES A SEDENTÁRIOS NA FLORESTA TROPICAL

Gabriela Martin

A bacia amazônica ocupa mais da metade do continente sul-americano, e está distribuída entre vários países dos quais o território maior corresponde ao Brasil. A imensa região foi área de dispersão de culturas pré-históricas desde fins do Pleistoceno e as pesquisas arqueológicas demonstraram que já estava ocupada há 12.000 anos por grupos de caçadores coletores.

Apesar de já existirem, desde 1970, dados esparsos que levaram a se levantar hipóteses sobre a ocupação da Amazônia por bandos de caçadores arcaicos, foi somente a partir da década de 1990 que maiores evidências o demonstraram. Os achados, no Pará, da gruta do Gavião e da de Pequiá, em Carajás, descobertas em 1985 e estudadas por arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi, e da Caverna da Pedra Pintada, em Monte Alegre, também descoberta por pesquisadores do mesmo museu e posteriormente escavada pela arqueóloga americana Anna Roosevelt, demonstraram, sem dúvida, a existência de ocupações pré-históricas muito anteriores ao estabelecimento das culturas tradicionais amazônicas de horticultores de floresta tropical, baseadas principalmente no cultivo da mandioca e do milho. A essas evidências devem se agregar os achados no Abrigo do Sol no sudeste do Mato Grosso ao sul da bacia amazônica, onde as escavações realizadas por Miller na década de 1980 resultaram em achados de ocupações pré-cerâmicas com seqüências cronológicas compreendidas entre 10.000 e 70.000 anos a.C.

Quando a primeira expedição espanhola, iniciada em 1541 e capitaneada por Francisco de Orellana, percorreu o rio desde o Peru até a desembocadura, o cronista da expedição, frei Gaspar de Carvajal, escreveu sobre a trágica viagem na sua *Relación del descubrimiento del famoso rio grande que desde su nacimiento hasta el mar descubrió el Capitan Orellana em unión de 56 hombres*. O épico relato foi publicado pela primeira vez

somente no século 19 como o *Descubrimiento del rio de las Amazonas* descrevendo a presença de grandes aldeias indígenas ao parecer sedentárias e auto-suficientes, comandadas por chefes ou “senhores” e protegidas por bravos guerreiros. Dessa e de outras expedições dos primórdios da conquista surgiu o mito da presença de mulheres guerreiras – as amazonas –, que deram nome ao grande rio-mar, como foi chamado. Entre os primeiros assentamentos humanos e a ocupação pelos espanhóis e portugueses, com a paulatina destruição ou modificação das populações autóctones, numerosos e diferentes grupos étnicos ocuparam a região.

Na realidade, a arqueologia brasileira nasceu na Amazônia, pesquisada desde o século 19 por estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, e que fizeram também suas incursões no fascinante mundo arqueológico da região. Pioneiros que tiveram seus nomes transformados em ícones na história da arqueologia amazônica. Basta citar, entre outros: Ladislau Netto, Barbosa Rodriguez, Ferreira Penna, Hartt, e Martius, todos eles sábios do século 19 e até o próprio Azevedo da Silva Ramos que, na sua paranóia de descobrir um mundo clássico nas selvas amazônicas, não deixou de trilhar caminhos nunca percorridos e nos oferecer os primeiros desenhos de gravuras rupestres.

Para entender as estratégias de sobrevivência dos grupos pré-históricos amazônicos há que distinguir dois ecossistemas diferenciados: a *várzea* e a *terra firme*. A *várzea* corresponde às planícies inundáveis pelos rios que nascem nos Andes e que são ricos em nutrientes; já na terra firme predominam solos pobres e rios com poucos nutrientes, conhecidos na região como “rios da fome”, provenientes dos escudos da Guiana e do Brasil dos quais o mais significativo é o rio Negro. As áreas de *várzea* contam com maiores recursos alimentares embora dependam de níveis inseguros de inundação. Entretanto, a terra firme, que apresenta solos menos férteis, é também menos vulnerável a mudanças climáticas. Um complexo sistema de adaptação ecológica e de relações intertribais levou os homens das várzeas e das terras firmes amazônicas a criar mecanismos de subsistência que

permitiram o desenvolvimento de culturas inéditas e originais como as de Marajó, de Santarém ou do Amapá, para citar algumas das mais significativas.

A ocupação de grandes áreas da região amazônica durante a Pré-História é ainda desconhecida e apesar das pesquisas continuadas dos últimos cinquenta anos, ao observarmos o mapa arqueológico da região, podemos perceber a existência de apenas “ilhas de conhecimento” no meio de um imenso território ainda por explorar. Para explicar a densidade populacional da região em épocas pré-colombianas, tem-se recorrido mais a dados etnográficos do que a provas resultantes de registros arqueológicos, entre os quais estão os relatos dos primeiros cronistas. Esse desconhecimento de grandes áreas que nunca foram pesquisadas dificulta o estabelecimento de um fio condutor, que nos indique a relação entre os primeiros habitantes caçadores nômades e as culturas agrícolas com organização mais complexa existentes na época do contato e que, como a arqueologia tem demonstrado, estavam já adaptadas às condições da floresta tropical há milênios. Os arqueólogos não podem deixar de perguntar se essas populações eram descendentes daqueles caçadores ou, pelo contrário, sendo originários de áreas de planalto com vegetação de cerrado com maiores recursos animais e floresta menos densa, se adaptaram mal às matas cerradas e extinguiram-se muito antes da chegada de novas levas portadoras de também novos conhecimentos técnicos. Uma ou outra hipótese têm norteado as pesquisas na Amazônia nas últimas décadas: a do continuísmo e possibilidade de adaptação e evolução das populações no seio da Amazônia, inclusive com a defesa do autoctonismo de certas culturas e a segunda completamente diversa, na qual se defende a ocupação da Amazônia a partir de levas sucessivas de povos portadores de sólidas culturas que, estabelecidos na região por pressões demográficas, conquista ou expulsão, não se adaptaram aos novos *habitat*, resultando na paulatina extinção ou abandono dos refúgios.

A arqueóloga Betty Meggers, da Smithsonian Institution, em Washington, tem dedicado boa parte da sua vida à pesquisa na Amazônia. Sua extensa obra é hoje um clássico da literatura arqueológica da região, às vezes contestada, não raramente mal interpretada, mas sempre respeitada. As suas posições teóricas em relação ao povoamento da Amazônia se apoiaram principalmente nos grupos agricultores e ceramistas com marcado difusionismo e determinismo ecológico. Baseada nas formas e nas decorações das cerâmicas policrômicas, zoomorfas e antropomorfas do baixo Amazonas, deduziu que as populações assentadas nas ilhas de Marajó, Cabiana e Mexiana provinham de grupos originários dos vales formadores do alto Amazonas, como o Ucayali e o Napo, grupos que depois de um período de esplendor relativamente curto não conseguiram se adaptar e criar os necessários mecanismos de sobrevivência e acabaram se extinguindo ou foram cooptados por outros grupos. Esse seria o caso da florescente cultura marajoara e também a de Santarém na foz do Tapajós.

Pesquisadores de outras tendências – sejam de missões estrangeiras ou de instituições brasileiras – têm, nas últimas décadas, apontado outras vias de ocupação da Amazônia: a área circuncaribe; os rios da margem esquerda da bacia, que se formam no escudo guianense; e também a região do Orinoco, do qual seria possível atingir a Amazônia pelo canal de Casequiare e do rio Branco. As populações encontrariam ambientes propícios para a vida humana e seriam capazes de criar processos originais de desenvolvimento local e de difusão da sua cultura. Indubitavelmente, o povoamento e a ocupação da imensa região não foi unilinear e, em tempo diversos, grupos étnicos diferentes também em períodos diferentes ocuparam a Amazônia. Esses movimentos facilitaram o intercâmbio entre as populações amazônicas, contribuindo para sua complexidade cultural e lingüística.

Diversos modelos teóricos foram formulados para explicar o povoamento pré-histórico da Amazônia entre os quais se destaca a identificação de fronteiras étnicas, determinadas a partir da lingüística. Os três grandes troncos das línguas tupi, arawak e caribe serviriam de base para explicar a distribuição

étnica na grande bacia. A caracterização dos estilos cerâmicos em *tradições e fases* serviu também de base para se determinar a difusão das culturas na região. Uma boa síntese das correntes teóricas formuladas como modelos explicativos do povoamento das terras tropicais amazônicas é de autoria de Eduardo Goes Neves, sob o título sugestivo de *O velho e o novo na arqueologia amazônica*, publicado em 1994.

Julgada a Amazônia entre paraíso terrestre e inferno verde, como disse Darcy Ribeiro, dependendo das circunstâncias, dos momentos históricos da sua ocupação e das pretendidas intenções dos seus ocupantes de tantas etnias e de tantos tempos, surgiu nas terras baixas da América do Sul um padrão geral de adaptação humana à natureza tropical, que foi denominada “cultura de floresta tropical” na síntese já clássica dos americanos Julian Steward e Robert Lowie. Essa cultura foi, de certa forma, tida como marginal e julgada mais pelos fatos excludentes que pelos logros alcançados, quando comparada com as altas culturas andinas, embora apresente adaptações que possam ser consideradas modelares para as terras baixas da América tropical.

Resumindo, e no estado atual do conhecimento, é possível o estabelecimento de seqüências sobre a ocupação humana na Amazônia que abranjam desde as primeiras levas de caçadores-coletores nômades presentes nas várzeas e na terra firme desde o fim do Pleistoceno. Posteriormente, já no Holoceno, aparecem ocupações sedentárias ou semi-sedentárias de horticultores de raízes e conhecedores da manufatura de uma cerâmica simples, assentados principalmente nas terras baixas de várzea. A esse período pertencem os abundantes e extensos sambaquis fluviais que se encontram desde Manaus à costa do Pará e que apresentam estágios diversos de ocupação, a partir do quinto milênio a.C. com intensivo aproveitamento dos recursos marinhos. Num terceiro período que pode ter começado em torno do século 5 d.C. e chega até o contato europeu, formaram-se sociedades mais complexas e hierarquizadas com chefias ou cacicados; construíram-se grandes aterros onde situar as aldeias tanto para proteger-se das enchentes como por

medida defensiva e onde também enterravam os mortos. As cerâmicas cerimoniais e funerárias dessas sociedades são policromas e profusamente decoradas com relevos e apliques antropomorfos e zoomorfos de grande complexidade. Seu estágio cultural pode se situar no chamado período “formativo” das altas culturas andinas.

A cerâmica como invenção independente na América.

As cerâmicas pré-históricas amazônicas .

Pela sua beleza e complexidade além da enorme variedade de formas e padrões decorativos, as cerâmicas arqueológicas da região amazônica despertaram, desde o século 19, o interesse de eruditos e colecionadores brasileiros e estrangeiros. Grandes quantidades das mais belas peças indígenas de cerâmica da Amazônia encontram-se hoje espalhadas pelo mundo em museus e coleções particulares. As apresentadas nesta exposição são apenas uma pequena mostra do grande acervo arqueológico amazônico.

A cerâmica foi inventada na América, independentemente do Velho Mundo, a partir da mesma técnica simples e lógica de modelar pequenos recipientes côncavos ou forrar com argila cestas trançadas que, ao secar, deixava uma marca do trançado no barro. Esses desenhos casuais sobre a argila serão, aliás, reproduzidos depois por diferentes oleiros de diversas culturas. Já se fez comparações entre cerâmicas de lado a lado dos oceanos, baseadas nessas singelas decorações, sugerindo uma introdução transpácifica da manufatura da cerâmica na América do Sul. A cerâmica da cultura de Valdívia, na costa do Equador, cuja cronologia mais antiga data do terceiro milênio a. C. entraria nesse caso, como procedente da cultura japonesa de Jomón.

Pesquisas posteriores demonstraram que as cerâmicas pré-históricas coletadas no sambaqui fluvial de Taperinha, em Santarém (PA), estavam datadas no quinto milênio a.C. e as da tradição Mina, nos sambaquis do litoral do Salgado (PA) na desembocadura do sistema fluvial amazônico, no

terceiro milênio a.C., indicando que se deve aceitar o início da cerâmica na pré-história do Brasil como uma invenção autóctone e independente no continente sul-americano.

Alguns pesquisadores sugerem a origem amazônica de toda a cerâmica pré-histórica brasileira a partir de grandes tradições ceramistas. Essas tradições teriam se espalhado de norte a sul, pelo litoral e pelo interior, conectando os dois grandes sistemas fluviais do continente sul-americano, através dos seus afluentes superiores. As cerâmicas litorâneas representariam os povos de tronco lingüístico Tupi-guarani e as que se dispersaram pelo interior através dos formadores das grandes bacias, seriam as cerâmicas dos falantes de línguas Macro-Jê. Como era de se esperar, essa teoria foi contestada por vários arqueólogos brasileiros que acharam a explicação demasiado simplista ante o universo muito mais complexo para se entender a difusão da agricultura e da cerâmica no leste do continente sul-americano. Todavia, não se deve ignorar a existência de manifestações locais, adquiridas por vias múltiplas, sem atribuir longa origem única a toda a cerâmica brasileira, inclusive porque, além da própria cerâmica, deve também pesar nas análises, antes da formulação de afirmativas categóricas, os padrões de comportamento, o uso a que a cerâmica se destina e os contextos materiais e ecológicos que compõem a totalidade do registro arqueológico.

A ênfase dada pelos arqueólogos ao estudo da cerâmica arqueológica, não significa que esta seja mais importante que outros aspectos da cultura pré-histórica, mas a cerâmica conserva-se melhor que outros tipos de artefatos e apresenta mudanças mais rápidas, fato que a torna particularmente útil para o estabelecimento de seqüências cronológicas relativas e para explicar difusão cultural.

Para sistematizar as culturas ceramistas amazônicas no tempo e no espaço, tentando também fixar as origens e os contatos culturais, foram determinadas *tradições*, a partir principalmente das pesquisas realizadas por Betty Meggers e Clifford Evans na Amazônia, entre as décadas de 40 a 60 do

século 20. Essas tradições ceramistas, segundo a terminologia proposta por Igor Chmyz, definem-se como qualquer complexo cerâmico relacionado no tempo e no espaço num ou mais sítios e composto por grupos de *fases*, as quais podem ser fixadas pelas diferenças plásticas e temporais, representando períodos cronológicos ou culturais.

Foram determinadas cinco grandes tradições ceramistas na Amazônia, relacionadas a grupos de agricultores de floresta tropical e caracterizadas pela decoração gravada, pintada ou plástica dos vasilhames, além da grande variedade de tamanhos e formas. A tradição *hachurada-zonada*, caracterizada por decoração com linhas incisivas isoladas, ou por zonas, às vezes com engobo vermelho e presença de cachimbos tubulares. Uma fase dessa tradição, chamada Ananatuba, se fixou em Marajó, numa das primeiras ocupações da ilha em torno do primeiro milênio a.C.

Uma segunda tradição conhecida como *borda-incisa*, que apresenta motivos incisivos sobre as bordas horizontais dos vasos, encontra-se na região do Solimões e tem cronologias compreendidas entre os séculos quinto ao nono A.D.

A tradição *inciso-ponteada* se caracteriza pelos adornos aplicados sobre as bordas e as paredes dos vasos em forma de antropomorfos e zoomorfos, formando relevos. Apresentam também incisões paralelas cuidadosamente desenhadas. Pequenas urnas funerárias serviram para depositar os ossos cremados e aparecem, também, estatuetas rituais. Os povos dessa tradição ceramista habitaram em grandes áreas do médio e baixo Amazonas e, nas fases mais tardias, podem ter entrado em contacto com os colonizadores europeus dos séculos 16 e 17.

A cerâmica de Santarém, atribuída aos grupos Tapajó, que habitaram na região da desembocadura do rio Tapajós no Amazonas, foi incluída na tradição inciso-ponteada embora a riqueza das peças cerimoniais a caracterizem como um fenômeno cultural singular. Destacam-se entre elas

os vasos de cariátides e os de gargalo, com representações e apliques zoomorfos e antropomorfos de grande complexidade. A partir do estudo das cerâmicas de Santarém se tem podido traçar a evolução dos grupos humanos que as fabricaram, de agricultores de floresta tropical nos períodos mais antigos, até os cacicados hierarquizados, estabelecidos em grandes aldeias durante a época da conquista.

A mais estudada das tradições ceramistas amazônicas é, sem dúvida, a tradição *policrômica*, precisamente pela sua rica decoração e a complexidade dos motivos representados nas estatuetas e figuras rituais. A combinação de várias cores de pintura, onde predominam as tintas vermelhas, brancas e pretas, com apliques e molduras em relevo, resulta em padrões decorativos exuberantes e de grande beleza. Os grupos étnicos criadores da tradição policrômica eram também cultivadores de floresta tropical, embora com organização social mais complexa e organizados num regime de estratificação de tipo cacicado. Dependendo das áreas de ocupação, esses povos construíram aterros artificiais para situar as aldeias e como cemitério, onde eram depositadas urnas funerárias profusamente decoradas. Fabricaram também fusos para tecelagem, bancos e tangas finamente decoradas.

As cerâmicas da tradição policrômica encontram-se em sítios arqueológicos do médio e do baixo Amazonas, desde o baixo Madeira e os rios Solimões e Negro na altura de Manaus, até a desembocadura da grande bacia amazônica. A ela pertence a fase Marajoara dos povos instalados na ilha de Marajó na área do lago Arari, entre os séculos quinto e sétimo da era cristã.

Outra fase mais tardia da tradição policrômica foi localizada no Amapá. Pertence à cultura Aristé, que ocupou a região entre os séculos 16 e 17 A.D. Na atualidade a cerâmica Aristé é considerada uma tradição independente, mas suas origens pertencem à grande tradição policrômica.

Ainda no Amapá devemos citar a cerâmica da cultura Maracá, aparentada com a tradição Aristé também dos séculos 16 e 17, conhecida principalmente pelas urnas funerárias cilíndricas, que representam figuras humanas masculinas e femininas sentadas sobre um banco com as mãos apoiadas nos joelhos; a cabeça, que serve de tampa da urna, vai coberta com um tocado em forma de gorro. Essas urnas eram colocadas em cavernas e quando estas não existiam eram enterradas em poços . Em menor número aparecem também urnas zoomorfas na forma de vasilhames para oferendas ou rituais.

A MORTE

O RITO E A VIDA ESPIRITUAL

Gabriela Martin

De todas as espécies humanas que existiram na Terra, sobreviveu apenas a nossa espécie, o chamado *homo sapiens* que, originário da África, povoou e colonizou todo o planeta, desde as terras tropicais e temperadas das suas origens até as regiões geladas do Hemisfério Norte, ocupando também, em etapas sucessivas, áreas tão distantes como a zona das regiões árticas e a Austrália. Essa diáspora começou há mais de cem mil anos e, desde os tempos mais remotos, o *homo sapiens* (ou homem atual, ou seja, nós mesmos) sempre rendeu culto aos seus mortos: de singelos rituais para enterrar, enterrou seus restos mortais, desde singelos rituais até a construção de grandiosos túmulos fúnebres indicativos de altas hierarquias, poder ou riqueza dos defuntos. A crença em outra vida além da morte terrena, a preocupação de respeitar ancestrais em sua vida espiritual, tanto para proteger-se de sua ira como para invocar sua ajuda, levou nossa espécie a reverenciar e proteger os mortos. A ancestralidade, as raízes de um passado que se deseja glorioso em cada comunidade, leva os vivos a respeitarem, cultuarem, amarem e temerem os defuntos. O cuidado dos restos mortais assegura a concórdia com os espíritos vivos dos que se foram. A partir do Paleolítico Superior, os homens de todos os continentes praticaram rituais e cerimônias fúnebres, indicadoras das suas crenças na vida pós-depois da morte.

Isso é válido para todas as culturas humanas, da espécie humana, desde os alvares da civilização até os tempos atuais. Para desvendar a história de tempos remotos, a arqueologia vale-se dos restos tumulares para conhecer a vida, pois o cuidado ausente que não se teve na preservação da vida cotidiana foi tomado, muitas vezes, na preparação do defunto para a sua passagem a outra vida. Povos que viveram singelamente em povoados e moradias sem conforto algum e em condições precárias de vida, dedicaram, entretanto, grande parte de suas riquezas à construção e ao cuidado dos

túmulos de seus ancestrais e os cuidaram e reverenciaram durante anos e, às vezes, por sucessivas gerações.

Citaremos apenas dois casos emblemáticos desse fato: no Egito, não apenas os nobres e ricos foram mumificados, mas também nas camadas mais pobres os cuidados com os defuntos foram preocupação constante da família, na crença de que, enquanto entretanto o corpo se conservasse, a alma do defunto estaria viva e tranqüila. Podemos dizer o mesmo, ou algo parecido, dos povos das regiões andinas da América do Sul, onde túmulos de grandes senhores receberam os mesmos cuidados que os de famílias mais modestas.

Enterrar os mortos é parte importante do comportamento social do gênero humano. O achado de enterramentos na pesquisa arqueológica proporciona dados materiais tais como esqueletos, mobiliário e enxoval fúnebres, além de informações sobre a mortalidade, as patologias, e a demografia e, também, aspectos simbólicos do comportamento humano. O estudo desses processos de enterramento, nas diversas culturas antigas, apresenta, assim, uma dupla vertente material e simbólica. A riqueza dos enterramentos pode indicar hierarquias e estruturas sociais complexas. O achado de uma necrópole fornece dados riquíssimos para o conhecimento das sociedades pretéritas e, por isso, em arqueologia, conhecemos melhor a vida por intermédio da morte.

Entre os indígenas brasileiros, o culto aos seus mortos e aos seus espíritos era, sem dúvida, parte importante da sua religiosidade que se manifesta em todos os atos da vida social das distintas *nações* do Brasil. As diferenças culturais entre os índios manifestam-se também na grande variedade de rituais fúnebres registrados.

A prática de depositar, junto das covas funerárias, panelas de cerâmica com comida, armas e outros objetos de estimação do morto, inclusive de crianças, é corriqueira entre as tribos, e suas evidências, na Pré-História ,

são conhecidas graças aos achados arqueológicos. Na Toca do Baixão dos Caboclos, em São João do Piauí, sob um abrigo com pinturas rupestres, foram depositadas urnas funerárias, das quais sete continham crianças que foram enterradas com seus brinquedos. No sítio pré-histórico Pedra do Alexandre, no Rio Grande do Norte, duas crianças com idade entre quatro e seis anos foram cuidadosamente sepultadas juntas, há 2.600 anos, numa cova rodeada de pedras para proteger seus corpos.

Embora desse enterramento tenham apenas sobrado apenas os pequenos esqueletos, podemos imaginar a singela cerimônia de duas crianças, quem sabe se irmãos, levadas em procissão até o abrigo cemitério. Muito antes, no mesmo abrigo rochoso, há cerca de em torno de 4.000 anos (antes dos tempos presentes), um jovem de dezoito anos, enfeitado com colares de ossos de cervo e que morrera em consequência de uma flechada na cabeça, foi também enterrado numa cova, com uma pedra plana cobrindo-lhe o tórax. Fogueiras rituais foram acesas nos dois casos.

Em época não muito distante, num ritual secundário, os ossos de quatro indivíduos, limpos e pintados de ocre vermelho, foram depositados numa cova forrada de lajes de pedra. A partir de nove mil anos o abrigo do Alexandre, na beira do rio Carnaúba, foi utilizado como cemitério de adultos e crianças, e suas paredes foram pintadas com grafismos rupestres representando cenas da vida cotidiana dos povos pré-históricos que habitaram a região do Seridó. O número pequeno de sepultamentos nesse sítio, em torno de trinta, se comparado com o longo período de ocupação, pode indicar que ali sítio do Alexandre, na beira do rio Carnaúba, foi um lugar cerimonial utilizado para enterrar indivíduos de especial categoria.

O exemplo anterior não é um caso isolado. N numerosos abrigos rochosos das serras do Brasil guardam os restos de cerimônias fúnebres que supomos longas e complexas. Muitas vezes, o que sobrou foram apenas os indícios materiais de toda uma bagagem intangível de rituais de magia e crenças religiosas que há milênios fazem parte do mundo espiritual do homem pré-

histórico. Passaram-se milhares de anos antes que esses homens fossem capazes de inventar o arco e a flecha, mas desde o alvorecer da humanidade pré-histórica, o medo da noite, o temor do desconhecido e a esperança de dias melhores, levaram o homem da caverna ou do acampamento à beira do rio, a procurar a proteção dos seus antepassados, tentando acalmar a ira de espíritos desconhecidos, perturbadores e temidos.

As religiões primitivas estão estritamente ligadas às forças da natureza, fato compreensível tanto entre os povos caçadores e coletores como entre os agricultores, pois a sua sobrevivência dependia dos ciclos naturais. O homem é tradicionalmente conservador no culto aos seus mortos e a mudança das culturas se reflete mais lentamente nos rituais e nos costumes funerários do que na evolução da vida cotidiana. O ritual cristão, por exemplo, não difere demasiado do rito romano-cristão dos começos do cristianismo que, por sua vez, estava inspirado em velhas fórmulas pagãs. Na Pré-História brasileira, o que se conhecia sobre rituais fúnebres das populações indígenas, com anterioridade às fontes de informação direta resultante da pesquisa arqueológica, provém do conhecimento etnográfico e das tradições conservadas entre os remanescentes indígenas.

Segundo os dados que até agora dispõe a arqueologia, as populações pré-históricas do Brasil utilizaram-se de variados rituais funerários de inumação e incineração, com enterramentos primários e secundários, sem que possamos estabelecer seqüências cronológicas exatas na evolução dos diferentes rituais utilizados. Contudo, pode-se, mas se pode afirmar que a inumação precedeu à incineração.

Chama-se enterramento *primário* a forma na qual quando os corpos são colocados em covas diretamente na terra. No Brasil, eram também colocados corpos em posição fetal, dentro de grandes urnas de cerâmica, que depois eram enterradas em covas ou depositadas em cavernas ou abrigos sob rocha. Os enterramentos *secundários* constituem uma segunda etapa do processo de sepultamento, na qual se recuperam os restos previamente

inumados que são colocados novamente numa urna funerária ou numa fossa individual ou coletiva, na qual se misturam com os ossos de outros defuntos. Os ossos recuperados depois do período de sepultamento primário eram ritualizados com cerimônias diversas, os ossos longos e o crânio, não raramente, eram pintados de ocre vermelho.

A incineração total do corpo até a sua redução a cinzas também foi utilizada em larga escala pelas populações indígenas brasileiras pré-históricas até mesmo na atualidade. Os ianomâmis moem os ossos depois de completamente limpos das partes brandas e os comem misturados com banana, num ritual *post-mortem* cuidadosamente preparado. Incorporam assim a força e a qualidades do defunto.

Como formas de inumação primária relacionam-se na Pré-História brasileira:

- sepulturas em cova individual com o corpo na posição lateral fletida e ausência de mobiliário fúnebre;
- corpos na posição lateral fletida, com enxoval funerário que consiste em colares de contas; pingentes de osso, de conchas marinhas, de pedra e de dentes de animais; pontas de flecha, espátulas, apitos e flautas aparecem, também, nos enterramentos geralmente masculinos;
- utilização de fibras trançadas, desde datas muito antigas, para embrulhar os corpos ou para forrar a cova onde o morto será depositado. Registra-se também o uso de cestas de fibras para enterrar crianças e bolsas de fibras trançadas como mobiliário;
- prática de se acender uma fogueira no lugar do enterramento não para queimar o corpo, mas como forma ritual ou purificadora;
- separação ritual da cabeça, do tronco;
- utilização de vasilhames cerâmicos de vários tamanhos e formas, como mobiliário fúnebre, às vezes cobrindo parte do seu corpo;
- deposição em urnas cerâmicas com o corpo em posição fletida.

Entre os rituais secundários assinalam-se:

- enterramentos coletivos com os ossos cuidadosamente arrumados e pintados de vermelho em covas forradas de lajes de pedra;
- ossos de crianças pintados e cobertos de pigmento vermelho finamente peneirado;
- incineração total ou parcial dos corpos; os ossos calcinados e cinzas eram depositados em covas em abrigos sob rochas;
- deposição das cinzas e dos ossos queimados em urnas funerárias;
- enterramentos em urnas com inumação dos ossos depois de limpos;
- enterramentos dos ossos em urnas de formas antropomorfas que representam o defunto;
- enterramentos em poços cavados na terra com uma câmara lateral onde se colocava o defunto acompanhado de vasilhames cerâmicos. O poço cerrava-se com uma laje de pedra;
- enterramentos em urnas depositadas em montículos artificiais de terra.

Um ritual generalizado em todo o mundo durante os tempos pré-históricos consistia em cobrir o defunto com ocre vermelho, ou também desenterrar o corpo depois de um certo tempo para ritualizar os ossos, pintando-os com tinta vermelha e voltando-se a enterrá-los em covas cuidadosamente preparadas, num cerimonial purificador da sua envoltura terrena.

Os elementos que a arqueologia fornece para o conhecimento dos rituais fúnebres na pré-história podem ser completados com dados etnográficos, levando-se em conta, naturalmente, as distâncias cronológicas e as distorções que a informação pode conter. Considerando-se o conservadorismo que as tradições funerárias apresentam na Pré-História mundial, podemos deduzir que certas práticas fúnebres registradas pela etnografia, seguramente vinham de tradições milenares. Muitas vezes, verifica-se a presença de certos ritos fúnebres durante milênios. A manutenção de rituais fúnebres aborígenes, entre as populações indígenas já cristianizadas, foi constatada por meio de informes etnográficos e da

evidência arqueológica. Vários rituais funerários indígenas continuaram sendo praticados pelos índios, mesmo depois da colonização portuguesa e do seu aldeamento em missões.

No vale médio do São Francisco existem várias ilhas onde se estabeleceram missões evangelizadoras de franciscanos e jesuítas e é comum encontrarem-se restos de enterramentos indígenas entre as ruínas dessas missões, feitos por índios que viveram em contato com os padres nos séculos 17 e 18. Durante as escavações arqueológicas na ilha de Zorobabel, apareceram os restos da igreja de Nossa Senhora do Ó, paróquia fundada pelos capuchinhos e destruída por uma inundação nos fins do século 18, e também uma aldeia indígena com sepultamentos em urnas funerárias. Como em outros muitos casos, as urnas foram depositadas em diferentes lugares da ilha, sem serem agrupadas em necrópoles; entre o enxoval funerário havia colares de contas de vidro e uma cruz de metal em uma delas. É de se supor que os índios aldeados na missão continuaram enterrando seus mortos segundo seus antigos rituais. Caso idêntico foi constatado na ilha de Itacuruba, vizinha à anterior.

Atualmente, próximo ao rio São Francisco, existem remanescentes indígenas pancararus, aticuns-umãs e tuxás, nos municípios de Tacaratu, Itacuruba e Floresta, em Pernambuco, e Rodelas na Bahia. Moram eles em aldeias próprias sob a proteção da Funai. Pela tradição oral soubemos que os pancararus enterravam seus defuntos em abrigos e colocavam fogueiras em cima, utilizando o lugar quantas vezes se fizesse necessário, informação que coincide perfeitamente com os achados arqueológicos na região. Católicos, devotos de santo Antônio, possuem uma igreja na aldeia, o que não impede que conservem ainda certas "obrigações" com o morto ainda do tempo que eles chamam dos "caboclos bravos".

Por sua parte, os tuxás atribuem que sejam chamados também de índios Rodelas, devido ao antigo costume de cortarem os membros dos defuntos e conservá-los em urnas funerárias entre cinzas. Esse costume explicaria a

fragmentação dos restos ósseos às vezes encontrados com despojos humanos misturados a ossos de animais, possivelmente sobras do banquete fúnebre.

Curiosa é, sem dúvida, a informação recolhida por Estevão Pinto no seu livro *Os indígenas do Nordeste*, quando se refere a certos índios que entregam o trabalho do descarnamento do corpo aos peixes, para o que o corpo é encerrado numa juquiá especial e mergulhado no rio; os peixes entram livremente na cesta, mas o esqueleto é preservado para, depois de completamente descarnado, realizar-se a cerimônia fúnebre.

Numa referência de J. de Lery, os tupinambás colocavam uma cuia sobre o rosto do morto e acendiam uma fogueira, fato que foi constatado entre os achados arqueológicos do cemitério pré-histórico do Justino, no baixo São Francisco.

Inúmeras informações chegaram-nos por intermédio dos cronistas e missionários, mas nem sempre com os devidos cuidados na identificação do ritual de cada tribo ou grupo étnico. Não poucas vezes se misturam e se confundem. Porém, quando se lê um relato minucioso de todo um determinado ritual fúnebre, com músicas, cantos, carpideiras, banquete fúnebre e período de luto, como nos relatos de A. Metraux, vê-se como a arqueologia nos fornece apenas uma pequena parte de todo um cerimonial que o conhecimento etnográfico muitas vezes completa. Os diversos rituais fúnebres em enterramentos que são contemporâneos, observados em sítios pré-históricos, também podem ser explicados pelo tipo de morte, além de indicativos da hierarquia e do sexo do defunto. Morte natural, por guerra, suicídio ou castigos vários interferem na forma do sepultamento, como foi observado entre os caingangues, guaranis, charruas e os minuanos históricos. O enterramento dentro ou fora da habitação significaria, também, maior ou menor apreço pelo defunto.

As informações que a arqueologia fornece para se entender o mundo espiritual do homem na Pré-História, através dos rituais fúnebres e da arte, completam-se com dados etnográficos do passado e do presente, sempre e quando utilizados com sumo cuidado, levando-se em conta distâncias cronológicas e distorções que os relatos possam conter. Se considerarmos o continuísmo que as tradições funerárias apresentam na Pré-História em todo o mundo, podemos deduzir que certas práticas fúnebres registradas pela etnografia vêm de tradições milenares.

Segundo a transmissão oral, algumas das cavernas e abrigos sob rocha, utilizadas como cemitério pelos homens da Pré-História, foram usadas durante milhares de anos. Raramente esses túmulos foram violados ou desrespeitados por grupos de outras tribos ou homens primitivos de outras épocas. O respeito e, seguramente, o medo fizeram com que ficassem intocados por milhares de anos, mesmo entre grupos étnicos diferentes e até inimigos, numa demonstração do respeito mútuo pelos espíritos dos antepassados.

Paralelamente ao respeito e proteção dos mortos familiares, encontramos também o medo da volta dos espíritos desses defuntos para perturbar o mundo dos vivos. Túmulos profundos com grandes blocos de pedra sobre os corpos pretendem impedir essa volta. Rituais fúnebres periódicos, acompanhados de cantos e oferendas de alimentos, almejam também manter o morto tranqüilo na sua morada.

O conceito moderno de religião significa a existência de dogma, práticas rígidas e estruturas de poder. As manifestações religiosas indígenas e, por extensão, suas ancestrais pré-históricas, que acompanham os rituais fúnebres, estão mais sujeitas a normas imediatas de conduta e a rituais do que a dogmas imutáveis. Por outro lado, o relativo poder do pajé em nada se assemelha a uma hierarquia sacerdotal. O pajé é a figura que estabelece o contato entre o mundo dos homens e o dos espíritos, e é sobretudo o guia espiritual do seu povo.

O gesto e o rito se perderam na longa noite da Pré-História, mas nas rochas dos abrigos rupestres do Seridó, no Rio Grande do Norte, do sudeste do Piauí e nas serras da Chapada Diamantina, na Bahia, ficou, como numa “fotografia”, o gesto do que poderia ser uma imposição de mãos de dois adultos sobre uma criança. Gesto de proteção ou ritual de passagem, é inegável que o singelo, mas expressivo, desenho dessas mãos representa uma proteção espiritual.

Naturalistas e antropólogos estudam, desde o século 18, o efeito de certas plantas utilizadas pelos indígenas sul-americanos como forma de alcançar estágios psicológicos e espirituais superiores, homenagear seus espíritos ancestrais ou obter fins profiláticos. Incapazes, possivelmente, de conseguir maior elevação espiritual, com a meditação e a força natural da mente, todos os povos primitivos utilizaram-se de drogas ou plantas alucinógenas como forma de atingir relações espirituais. Essas práticas são corriqueiras desde a Pré-História.

Alguns arqueólogos consideram que, sob o estado de semi-inconsciência, produzido pela ingestão de certas plantas, especialmente do gênero *Banisteriopsis*, grupos humanos que povoaram o interior do Brasil atingiram estágios de elevação espiritual que os levaram a desenhar nas rochas estranhas gravuras e pinturas. Com práticas semelhantes, os índios de hoje da Amazônia pintam o corpo com desenhos parecidos aos grafismos representados nas pinturas pré-históricas, que lhes permitem, segundo sua crença, alcançar comunicação com seres superiores ou ancestrais protetores da tribo.

Todas essas práticas, sejam elas da Pré-História ou dos indígenas atuais, nos levam à conclusão do desejo ancestral do ser humano de conseguir níveis espirituais superiores, seja pela ação xamanística ou pela extracorporeidade com o fim primordial de se obter comunicação com espíritos benéficos.

TECNOLOGIA

INOVAÇÃO TÉCNICA E SOBREVIVÊNCIA NA PRÉ-HISTÓRIA.

Anne-Marie Pessis

O descobrimento e colonização do Brasil se caracterizaram, desde os inícios do século XVI pela mentalidade medieval que ainda predominava nos europeus. O imaginário de então abria espaço para personagens mitológicos, como o unicórnio e outras fantasias que aparecem com frequência na cartografia da época. Apesar de já existir uma transformação de mentalidade em curso, a referência ao Brasil, por ocasião do Descobrimento ainda era de um etnocentrismo cultural. Em face à nudez do indígena e à sua cultural material tecnologicamente pouco desenvolvida, essa mentalidade dominante gerou um questionamento sobre pertença dos indígenas à espécie humana. Como as técnicas da Europa, especializada na guerra, eram mais desenvolvidas, tinha-se a idéia de que os autóctones se encontravam em estagio evolutivo inferior. A igreja teve então que se pronunciar sobre a condição humana dos indígenas.

Esse etnocentrismo dogmático impediu os colonizadores de compreender que cada povo tem suas prioridades, sua história e seus valores e que suas técnicas se desenvolvem em função das necessidades e da cultura. As origens dessas diferenças remontam aos inícios de nossa espécie. Um processo de transformação climática provoca uma retração das florestas e um avanço das terras áridas. A redução dos alimentos disponíveis leva a remanejar os recursos. Os que são prejudicados por esse novo agenciamento de alimentos e desprovidos de recursos para sobreviver devem procura-os em outros ambientes. Devem encarar novos perigos e situações inesperadas. Nas florestas sabem reagir, deslocando-se com celeridade, dispondo de alimentos e achando proteção entre os seus. Na savana são fracos e abandonados às suas capacidades de inovar para viver. Suas pernas são insuficientes para fugir dos carnívoros. Seus dentes são inadequados para defender-se ou atacar. Os alimentos vegetais não cobrem mais suas

necessidades. É preciso modificar os hábitos alimentares, portanto serão necessárias novas fontes de energia e dietas mais ricas em proteínas.

No Brasil, durante o Pleistoceno, os povos pré-históricos tem outra limitação contextual que iriam direcionar a sua organização social. São as espécies animais de grande porte, espécies da megafauna, que se deslocam pelos campos e pela floresta. Será necessário adotar procedimentos que lhes evitem encontros com riscos. São, por exemplo, preguiças gigantes, de sete metros de altura como medida e também seus filhotes, de 3 a 4 metros, que como todos os filhotes são curiosos e brincalhões. São também tatus gigantes com o tamanho de um carro de pequeno porte. Assim as planícies, sem floresta, está povoadas por uma fauna face à qual o melhor recurso é a fuga. Para fugir o mais adequado é uma organização social estruturada em grupos reduzidos, em torno de 50 indivíduos. Essa composição permite reações velozes em face aos perigos. Surgem assim as primeiras estratégias de comportamento, que serão transmitidas de geração em geração.

A falta de recursos biológicos, adequados para sobreviver no novo ambiente, os levou a criar dispositivos, materiais e imateriais, para suprir as funções de sobrevivência. Artefatos e explicações sobre a solução de problemas foram a gênese do patrimônio cultural, transmitido por tradição oral e enriquecido através das gerações. Mas nenhuma invenção ou técnica pode ser criada a partir de nada. Não existe mudança nem aperfeiçoamento dos modos de agir, se não é transformando os meios que se dispõem. Sua capacidade de observação do entorno e das soluções achadas por outras espécies animais para problemas similares, assim como sua capacidade de relacionar em procurar novas soluções foram as origens dessa cultura material. A inovação se fez sobre os recursos da natureza que já eram utilizados, mas se fez também sobre outros produtos realizados por outras espécies que adaptadas às necessidades humanas cumpriram funções similares. Os ninhos, feitos com diversidade de técnicas de trançado foram a base da sestearia. Os procedimentos de contenção das águas já eram conhecidos pelos castores. As escolhas dos mamíferos, plantas, folhas e ervas, com o fim de compensar

certos desequilíbrios biológicos e sintomas de patologias é uma prática que passará a ser transmitida pela tradição oral que se conserva até hoje. Até no século xx as especificidades de outras espécies animais foram geradoras de técnicas, o radar foi um produto cujo princípio acha-se nas espécies de morcegos. Os grandes mestres foram outras espécies animais. A espécie humana apenas observa, copia e inova sobre o que já existe. Em face desta circunstância de sobrevivência, os grupos procurarão soluções próprias e inovarão segundo os elementos conhecidos e segundo as aptidões do grupo.

Quando chegaram os europeus, seus preconceitos não lhes deixaram a possibilidade de observar para aprender. Apenas s olharam, sem ver. Apesar do qual foram beneficiados por um conhecimento indígena que lhes permitiu sobreviver em ambientes desconhecidos. Assim tiveram a possibilidade de fazer exibição de sua tecnologia de guerra se apropriando de seu território. Não perceberam sequer do que estavam beneficiando.

O grande interesse da pré-história brasileira, especialmente a das regiões mais inóspitas das áreas interioranas, está em se observar a grande capacidade de adaptação do homem a uma natureza particularmente adversa e constatar que, nesse meio hostil, ele foi capaz de criar e desenvolver uma arte expressiva e bela, como são as pinturas rupestres situadas nos domínios do semi-árido.

Os materiais arqueológicos são produto da atividade cotidiana e cerimonial das sociedades pretéritas. Cada objeto arqueológico é, de certa forma, um produto tecnológico e através dele que podemos conhecer o desenvolvimento das sociedades pré-históricas. A evolução dos objetos arqueológicos, dentro de seqüências cronológicas, permite o estabelecimento de períodos, a fim de identificar, no tempo, fases da evolução técnica das culturas. O objeto arqueológico seja ele instrumento, artefato, fragmento ou registro do que se tem chamado cultura material, é um documento sobre as populações pré-históricas, sua organização social, seus costumes, ritos, valores, alimentação e vida espiritual. De restos arqueológicos orgânicos e inorgânicos o

arqueólogo pesquisa para reconstruir comportamentos, formas de vida e lutas pela sobrevivência humana.

A necessidade de caçar e de se defender obrigou ao homem a armar suas mãos, desprovidas de garras, para sobreviver. É a partir da técnica para a fabricação desses instrumentos que podemos deduzir o tipo de caça e de pesca que procurava. A falta de refinamento nos implementos líticos não significa estagnação cultural, pois muitas vezes, o aperfeiçoamento depende do que ele está procurando fazer e da matéria-prima disponível. A capacidade do homem pré-histórico de elaborar seus artefatos pode ser apreciada no processo de elaboração e na sua habilidade de obter instrumentos úteis a partir de matéria-prima inadequada, tais como são o arenito e o granito, em regiões onde falta o escasseia o sílex e a calcedônia, rochas ideais para a manufatura desse instrumental.

Para ilustrar a evolução das técnicas de elaboração de material lítico empregado no decorrer da pré-história e poder situar as técnicas líticas desenvolvidas no Brasil é possível identificar quatro momentos técnicos:

- No quaternário, *homo habilis*, de origem africana utiliza apenas um único tipo de instrumento, a partir de rochas coletadas nas margens dos rios ou nas praias. O produto é o seixo ao qual foram aplicadas umas séries de golpes com um percussor num borde procurando retirar lascas para criar uma área cortante. O resultado é um instrumento pouco adaptado para trabalhos precisos, mas em razão de não ter sua base trabalhada guarda sua morfologia arredondada que permite uma fácil manipulação. É um instrumento eficiente para ser utilizado para talhar ramos de árvores.
- O *homo erectus*, mais tarde na europa utilizará um instrumental tecnicamente mais complexo. Utilizará rochas mais duras como o sílex que são mais fáceis de talhar e que favorecem a produção de gumes cortantes. Junto com a obsidiana, o vidro natural de origem volcânica, serão as matérias primas preferidas. Produzirá bifaces de variada forma mas, com possibilidade de cortar eficientemente. O procedimento técnico

- nesta etapa de produção começa pelo trabalho do bloco no qual se retira, quando necessário, o córtex, ou superfície calcária que não permite gumes afiados. A possibilidade de retirar lascas para tornar cortantes os bordos, terá como resultado um instrumento trabalhado pelas duas faces.
- São os neandertais que, ainda mais tarde, generalizam métodos de talha afinada. Fragmentam um bloco com a finalidade de obter uma série de lascas cuja morfologia pode ser predeterminada.
 - Assim, *homo sapiens*, o homem moderno, organiza a fabricação de seus instrumentos a partir de talha de lascas que servem de base para uma série de instrumentos. Trabalhar o sílex ou as rochas duras exige um ângulo de percussão inferior a 90° que permite estabelecer um plano de talha. Assim se obtém um núcleo que permitirá a talha de uma lasca através de golpes precisos que segregam as sucessivas lascas. Elas serão objeto de acabamento para obter os diferentes instrumentos como raspadores, percussores e furadores.

Para a defesa certamente foi primeiramente utilizado o galho de madeira dura, que no Brasil existia em abundância, e que foi aprimorado para incrementar sua ação. O que primeiro foi um galho, virou bastão com um efeito mais destrutivo. Mas para fazê-lo foi preciso ter um instrumento cortante. A finalidade dos implementos líticos pré-históricos era cortar, raspar, perfurar, talhar, quebrar e esmagar ou moer. Facas, raspadores, buris furadores flechas, lanças, moedores e percussores tinham essa função.

As pontas de projétil feitas em pedra e fixadas numa lança ou projétil de madeira dura se localizam em número expressivo apenas em certas regiões do Brasil. Entre as indústrias sem pontas de projétil distinguem-se dois horizontes bem diferenciados: indústrias de núcleos sobre seixos e indústrias mais refinadas de lascas, algumas com finos retoques e completamente descorticadas. Com exceção dos implementos bem caracterizados, destinados a determinado uso, como as pontas de projétil, muitos dos objetos líticos poderiam ter funções múltiplas tais como cortar,

alisar, raspar e também furar, que podem ser realizadas por um único instrumento.

A antiguidade de polimento da pedra na América do Sul se constata em áreas litorâneas em que evidências demonstram a existência do polimento no Brasil, com perfeito acabamento, já no nono milênio. Um machado polido de granodiorito foi coletado em escavações realizadas no Parque Nacional Serra da Capivara numa fogueira datada de 9200 anos bp. Essa constatação tem singular importância, porque no Nordeste, apesar da grande quantidade de artefatos, especialmente machados, que se acumulam nos museus e nas coleções particulares é mínimo o número de instrumentos de pedra polida datados com segurança.

Tradicionalmente considerados como elemento cultural dos grupos Jê, a presença dos machados semi-lunares extrapola os limites geográficos desses grupos. Já foi assinalada sua presença nas três Américas, mas a falta de dados contextuais não permite que sejam caracterizadores de etnias culturais. Sem função prática específica, são considerados objetos votivos ou cerimoniais.

Deve-se também destacar a presença de batedores, sejam eles modificados ou não, artefatos que eram usados para quebrar diversos frutos das palmáceas (cocos ou coquinhos) esmagar sementes e ossos para aproveitamento do tutano, e que aparecem abundantemente na estratigrafia arqueológica da região, indicando uma dieta alimentar com o máximo aproveitamento dos recursos.

A agricultura

A agricultura nas Américas é muito antiga, tendo-se desenvolvido a partir de cultivos locais e métodos próprios. Deve ter surgido de um processo lento de observação e de práticas milenares independentes, pois assim o indica a variedade das plantas americanas cultivadas, completamente diversas das

do velho mundo. É possível mesmo, que já se conhecessem algumas formas de cultivos incipientes na América a partir do sétimo milênio BP. Espécies cultivadas de milho aparecem no quarto milênio. No nordeste do Brasil a agricultura pode ter começado no terceiro milênio, com agricultores incipientes em pequenas roças de subsistência.

Para se afirmar, com segurança, a existência de plantas cultivadas nos sítios arqueológicos, precisa-se de análises polínicas das amostras de sedimentos retiradas das camadas estratigráficas, mas esse tipo de pesquisa ainda é pouco praticada na arqueologia brasileira.

Dos três cultivos básicos da agricultura primitiva americana, o milho, o feijão e a mandioca, a última foi o cultivo principal na América tropical. Originária provavelmente da Amazônia colombiana, a mandioca com suas duas variedades "amarga" ou "brava" (*manihot esculenta*, *manihot utilissima*) e "doce" (*manihot aipi*) foi o alimento básico de grande parte das populações pré-históricas do Brasil, desde a Amazônia até a região subtropical, onde o milho teve maior importância.

Não se sabe como o índio chegou a descobrir o processo de elaboração da mandioca "brava", para transformá-la, de vegetal amargo e venenoso, em alimento útil e base da sua alimentação. Essa descoberta é uma evidência de sua capacidade de observação, inovação e de estabelecer relações com outros utilizadores do tubérculo que na sua variedade amarga, apresenta marcado teor de ácido cianídrico altamente tóxico. Outras espécies de mamíferos consomem esse alimento sem nenhuma consequência. O índio brasileiro desenvolveu diferentes técnicas de tratamento da mandioca, utilizadas praticamente até hoje, apesar da existência de modernos métodos de mecanização.

A mandioca, forma grossos tubérculos radiculares ricos em amido. O ácido cianídrico, que pode fazer da mandioca um produto mortal, é muito volátil e fácil de se eliminar por evaporação. O tratamento a que deve ser submetida

a mandioca para permitir sua ingestão pela espécie humana consiste em se retirar a casca do tubérculo que é imediatamente ralado e transformado em polpa. Depois é prensado para a retirada do líquido venenoso. Na região amazônica, a polpa era espremida no "tipiti" espécie de cesto em forma de tubo, trançado de fibra, com duas argolas nos extremos. A polpa de mandioca era colocada dentro do tubo e pendurada no galho de uma árvore; esticando-se com força no extremo oposto, o "tipiti" estreita-se e comprime a polpa da mandioca, eliminando-se, assim, o líquido venenoso. Esse engenhoso objeto ainda é usado entre as populações amazônicas, porém não parece ter sido utilizado entre os indígenas do nordeste.

Os índios de áreas nordestinas deviam espremer a mandioca entre folhas de palma, sobre um cocho de madeira como todavia ainda se faz, atualmente, no campo. Depois de bem espremida, passa-se a polpa por uma peneira, para que fique solta e, finalmente, ela é assada sobre uma superfície plana de pedra ou cerâmica para eliminação de qualquer resto de umidade e do ácido venenoso. Os indígenas secavam a farinha - e o seguem fazendo ainda - sobre um prato grande e plano às vezes, com pés, conhecido como assador. Seus fragmentos nos sítios arqueológicos indicam a presença de grupos cultivadores desse tubérculo.

A farinha de mandioca, em condições de armazenagem se conserva durante muito tempo. O líquido esbranquiçado restante do espremido da polpa, recolhido e decantado fornece um pó muito fino chamado goma. Com ela se faz sobre assadores de cerâmica, uma torta fina de agradável sabor, o beiju, verdadeiro pão indígena, ainda hoje popular nas regiões norte e nordeste.

A mandioca tem um ciclo vegetativo de nove meses, porém, em compensação, pode continuar na roça, sem ser colhida, até dezoito meses. Quando uma plantação está acabando, a seguinte pode começar a ser coletada. Dessa forma o ciclo nunca se encerra na sendo necessária a acumulação de grandes quantidades do produto. A descoberta do processo de tratamento da mandioca foi uma inovação de excelência para a

sobrevivência do índio. Criou um alimento de importância maior e base de alimentação energética. Gerou também um mecanismo de solidariedade nas comunidades que usufruíam desse alimento. Quando se retira o tubérculo, se retira a planta pela raiz. O tronco é também cortado e volta a ser plantado, repetindo o ciclo biológico e solidário dos que participam desse gesto social.

A farinha de mandioca era o alimento por excelência dos indígenas brasileiros; fácil de conservar e transportar nas culturas de floresta tropical, não é de admirar que, ainda hoje, seja o alimento básico das povoações camponesas do Nordeste.

A coleta de plantas nativas significou uma importante fonte de alimento praticada pelos indígenas brasileiros. Dos índios históricos existe farta documentação que informa sobre a intensidade da coleta, superior ao cultivo de alimentos entre certos grupos. Entre as plantas aproveitáveis se deve distinguir as comestíveis, as medicinais, as produtoras de fibras para trançado e as madeiras.

O binômio clássico que caracteriza as culturas do velho mundo, agricultura-pastoreio, no qual o gado aduba a terra, renovando assim sua capacidade produtora, ao mesmo tempo proporcionando o complemento protéico através do leite e da carne que falta na alimentação vegetal baseada nos cereais, não se realizou na América. No novo mundo, com exceção dos criadores de perus no México e no sul dos estados unidos, dos patos almiscarados do México e dos rebanhos de lhamas e alpacas dos Andes centrais, não houve qualquer espécie de domesticação de animais com aproveitamento econômico.

Não se realizou na pré-história brasileira a dualidade cultivador-pastor ou criador, com o processo que significa o gado estrumar a terra e proporcionar proteínas ao agricultor e, paralelamente, o sub-produto da agricultura alimentar também o gado. Na América do Sul, o homem pré-histórico, até nas sociedades agrícolas mais organizadas, nunca deixará de ser caçador,

como imperativo imposto para a obtenção de proteínas. Com exceção das altas culturas andinas, será sempre semi-nômade por causa do rápido esgotamento das terras, sem possibilidades do adubo orgânico que a existência do gado poderia proporcionar. O nomadismo ou semi-nomadismo do índio pré-histórico do Brasil, sempre atrás da caça e abrindo novos campos de cultivo, foi um dos fatores determinantes da sua estrutura pré-urbana e do seu desinteresse na construção de moradias estáveis.

A cerâmica foi também inventada na América num processo independente embora paralelo do novo mundo, a partir da técnica simples e lógica de modelar pequenos recipientes côncavos ou forrar com argila cestas trançadas que, ao secar, deixava a marca do trançado no barro. Esses desenhos casuais sobre a argila serão, aliás, reproduzidos depois por diferentes oleiros de diversas culturas. As cerâmicas pré-históricas de Santarém (PA) e a do sítio do meio, no Piauí e as da tradição mina, na desembocadura do sistema fluvial amazônico, com datações milenares indicam que se deva aceitar o início da cerâmica na pré-história do Brasil como uma invenção autóctone e independente no continente sul-americano.

Mais importante que a presença de cerâmica é a evidência da aparição das plantas cultivadas e a adaptação às novas formas de subsistência. A separação entre ceramistas e não ceramistas em pré-história, sobretudo na pré-história do Brasil, é meramente técnica e não significa, em princípio, grandes mudanças econômicas. Até os tempos históricos existiam grupos indígenas que não utilizavam cerâmica mas que praticavam algum tipo de agricultura, da mesma forma que existiam plantadores sazonais pré-cerâmicos de tomates e cabaças nos vales andinos, no sétimo milênio. A importância da cerâmica como indicadora da existência da agricultura decorre da facilidade com que ela é detectada e sua conservação, mesmo nas condições mais adversas, quando se apresenta extremamente fragmentada ou rolada. Além da cerâmica, é possível se detectar a existência da agricultura pela presença de almofarizes, mãos de pilão e sementes conservadas em abrigos e cavernas. Certos tipos de machados polidos são

também associados a grupos agricultores que os usariam principalmente para cavar a terra. Porém em sítios abertos e aldeias é praticamente impossível inferir-se práticas agrícolas quando não existe a presença de cerâmica, especialmente em regiões onde, como no Brasil, não houve domesticação de animais, cujos restos são indícios seguros de sedentarismo. Por outra parte, também não se pode descartar a existência de caçadores-coletores que utilizassem algumas formas simples de cerâmica.

A relação agricultores-ceramistas complementa-se na medida em que, no estado atual do conhecimento, é apenas com a evidência da cerâmica pré-histórica que inferimos a presença de agricultores. Não significa isso que uma não possa existir sem a outra e, naturalmente, formas simples de vasilhames cerâmicos podem anteceder à existência da agricultura. Através das formas e tamanhos das vasilhas deduzimos os cultivos básicos utilizados e o maior ou menor sedentarismo dos grupos étnicos.

Muitos procedimentos foram desenvolvidos para processar as matérias primas disponíveis. Desde o século XVI existem numerosos testemunhos, como a de Hans Staden, o marinheiro alemão que viveu prisioneiro dos tuipinambá, sobre as diversas técnicas utilizadas para suprir suas necessidades, todas elas evidenciam o grau de observação afinada dos indígenas para achar soluções a problemas do cotidiano, como cita Staden no seu relato, os índios: *“para o fogo souberam escolher a melhor madeira, o uraçu-iba que depois de seca, com dois fragmentos com a espessura de um dedo a friccionam. O calor da fricção provoca pó e o calor da fricção acende o pó”*.

Esse conhecimento foi registrado minuciosamente e transmitido pela tradição oral através das histórias da pré-história feitas sob a forma de mitos. O que se transmite são explicações sobre como fazer e as razões do porque fazê-lo assim. São protocolos de procedimentos extremamente precisos e rigorosos que são transmitidos à maneira de um rito. Os indígenas yukuna ilustram essa situação. Ainda hoje constroem suas

malocas segundo ordenamento técnico de etapas, que tratam detalhadamente o preparo dos componentes e cada uma das fases que permitirão atingir o produto. Estas estão pautadas por ritmos de **atividade** de forte e fraca intensidade de ritmo e cadência. Estas atividades constituem o que se pode designar como prática mítica. Assim para os yukuna os mitos não apenas explicam o começo do mundo e dos tempos, mas fornecem os conhecimentos necessários para sobreviver e sobre tudo transmitem os modos de fazer de cada atividade. A tradição está presente em cada gesto, que está articulado com as crenças do grupo. O gesto técnico faz parte de uma relação estreita entre o rito e o mito, que é a base do sistema social total.

O exemplo dos yukuna não tem alcance universal. Apenas interessa salientar que na atividade técnica existem os elementos de identidade e diversidade profundamente associados ao fenômeno social como um todo. A prática técnica remite ao mito na procura de explicações. O mito da conta da dinâmica da realidade social tal como é percebida pelos membros da comunidade e em suas relações com o sentido do universo.

No entanto, aparece claramente a importância do detalhe e da qualidade do produto que está vinculado a uma estética da técnica. É na arte como dimensão da técnica que se manifesta a universalidade de um rasgo profundamente humano. A procura da qualidade técnica da obra de arte, entendida como a relação de equilíbrio entre os componentes da cadeia operacional existe da pré-história aos dias atuais. A especificidade cultural se manifesta na técnica e se torna universal na busca da perfeição na dimensão artística da obra.

É na pré-história que podemos achar as raízes de nossos sentimentos artísticos que possuem uma universalidade que atravessa os milênios e que nos torna sensíveis realizadores de gestos técnicos.

DO PRIMEIRO SER VIVO ATÉ O HOMO SAPIENS.

Claude Guerin e Martine Faure

A história que contamos a seguir é baseada nas descobertas feitas até 2004. Uma nova descoberta pode mudá-la, como sempre acontece em paleontologia e arqueologia.

A vida começou na Terra com as bactérias cujos vestígios datam de 3.8 bilhões de anos. Há cerca de 600 milhões de anos apareceram nos oceanos os primeiros trilobitas. A partir de 460 milhões de anos aparecem os primeiros peixes. Para que esses animais puderam viver é evidente que deveriam existir, algas ou outros tipos de plantas marinhas, pois os animais dependem do alimento produzido pelos vegetais.

As primeiras plantas terrestres aparecem há aproximadamente 425 milhões de anos, seguidas pelas árvores que fazem sua aparição há 400 milhões de anos, juntamente com os anfíbios. Cinquenta milhões de anos mais tarde aparecem os répteis. Os trilobitas desaparecem faz 245 milhões de anos e com eles termina a era que foi denominada Primária.

No início do Secundário, há 230 milhões de anos começam a parecer os dinossauros. Os mamíferos entram em cena há 180 milhões de anos enquanto que os pássaros aparecem há 130 milhões. Os primeiros primatas, ordem a qual pertencemos, começam a aparecer nesse momento do fim do Secundário.

O Terciário começa há 65 milhões de anos. Aos 30 milhões aparecem, na África, os primeiros macacos do gênero *Propliopithecus* e o *Aegyptopithecus*. Na Europa, o *Dryopithecus* entra em cena há 13 milhões de anos e, na Ásia, o *Sivapithecus* ou *Ramapithecus*, há 15 milhões de anos.

A partir de um ancestral comum, aparece, faz cerca de 6 milhões de anos, a subfamília dos Homininae à qual pertencemos. Os primeiros *homininae* que

foram descobertos, virtualmente contemporâneos, são *Orrorin tugenensis*, que era bípede, *Sahelanthropus tchadensis* e *Ardipithecus kadaba*. Os primeiros *Australopithecus* aparecem faz cerca de cinco milhões de anos e são seguidos pelos *Australopithecus gráteis* e *Australopithecus robustus*. Sendo que os primeiros desaparecem faz cerca de um milhão de anos.

Aparecem a seguir espécies do gênero humano, *Homo*, que faz sua aparição há 2.500.000 milhões de anos. *Homo rudolfensis* (2,5 milhões de anos), *Homo abilis* (2,2 milhões de anos), *Homo ergaster*, se sucedem e a seguir aparece o *Homo erectus*. Os dois últimos saem da África faz dois milhões de anos; *Homo erectus* que utilizou o fogo faz 500.000 anos, vai colonizar todo o Velho Mundo. *Homo neandethlensis* descende do *erectus* da Europa Ocidental, aparece há cerca de 300.000 anos, se expande até o Oriente Médio e Ásia Central, desaparecendo faz 30.000 anos. *Homo sapiens* descende dos *Homo erectus* da África; ele aparece numa forma arcaica na África oriental e meridional há 200.000 anos. Em seguida ele passa para a África do Norte, depois para o Oriente Médio onde forma um grupo chamado proto-cromagnons, Os neandertalenses e os proto-cromagnon são os primeiros humanos a enterra seus mortos, há cerca de 100.000 anos.

A partir desse período assistimos a uma aceleração do desenvolvimento tecnológico e cultural de nossa espécie. Esse desenvolvimento começa com as técnicas de lascamento da pedra, da indústria óssea e as técnicas de comunicação representadas pela arte parietal e mobiliária. O estágio seguinte é representado pela sedentarização, a invenção do polimento da pedra e a fabricação de cerâmica, a domesticação dos animais e das plantas. Aparecem a seguir as sociedades complexas, a construção de cidade e de monumentos. Daí chegamos até os computadores e veículos espaciais.

Até onde iremos? É a pergunta recorrente! Todas as espécies nascem, se desenvolvem com maior ou menor sucesso e por mais ou menos tempo desaparecem. Quando e como desaparecerá o *homo sapiens*? E qual a

espécie nova se vá a desenvolver no seu lugar? Será que muitos dos que chamamos “excepcionais” não são já a nova espécie que vai nos substituir?

Anne-Marie Pessis

Pós-graduação em Arqueologia da UFPE, Fundação Museu do Homem Americano, PI, Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Tânia Andrade Lima

Departamento de Antropologia do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Gabriela Martín

Pós-graduação em Arqueologia da UFPE, Fundação Museu do Homem Americano, PI, Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Niède Guidon

Maître de Conférences de l'Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris (aposentada). Fundação Museu do Homem Americano, PI, Pós-graduação em Arqueologia da UFPE, Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Claude Guerin

Maître de Conférences hors classe de l'Université Claude Bernard- Lyon I, Fundação Museu do Homem Americano, PI.

Martin Faure

Maître de Conférences de l'Université Lumière – Lyon 2, Fundação Museu do Homem Americano, PI.

NOTAS

¹ ANTES. HISTÓRIAS DA PRÉ-HISTÓRIA. Editor: Marcello Dantas, Centro Cultural Banco do Brasil, São Paulo, 2004.

² Extraído de T. Andrade Lima. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira, vol. II São Paulo, Universidade de São Paulo. *Revista USP* 1999-2000:270-327.